



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2018

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

ABRIL 2019



AUTOAVALIAÇÃO



QUAR



RECURSOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018

Ficha Técnica

Título

Relatório de Atividades do GPEARI - 2018

Data de finalização

abril | 2019

Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Rua da Alfândega, 5A
1100 – 016 Lisboa
Telefone: +351 218 823 390
Fax: +351 218 823 399
URL: <http://www.gpeari.gov.pt>



ÍNDICE

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL	3
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. O GPEARI.....	10
2.1. Missão, Visão, Valores.....	11
2.2. Atribuições	12
2.3. Estrutura Orgânica	14
2.4. Principais Clientes e Serviços.....	15
3. AUTOAVALIAÇÃO.....	17
3.1. QUAR 2018 – Análise dos resultados e desvios.....	17
3.2. Principais condicionantes da Atividade em 2018	31
3.3. Desenvolvimento de medidas de reforço do desempenho organizacional.....	32
3.4. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores.....	33
3.5. Avaliação do sistema de controlo interno.....	35
3.6. Atividades Desenvolvidas em 2018	36
3.7. Recursos Humanos.....	59
3.8. Recursos Financeiros	61
3.9. Menção proposta resultante da autoavaliação.....	64
4. PERSPETIVA DE GÉNERO	65
5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	67
6. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.....	69
ANEXOS.....	70
A1. LISTA DE ACRÓNIMOS.....	70
A2. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO	73
A3. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA.....	76
DPPF DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS	76
DAEP DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO	77
DPE DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA	79
DMSPL DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA.....	79
DCRI DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	80
DADO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	81
TASK FORCE PPS-PPM EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PPS-PPM.....	82
A4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	83
A5. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2018	84
A6. BALANÇO SOCIAL	88

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. ESTRUTURA ORGÂNICA DO GPEARI.....	14
FIGURA 2. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES DO GPEARI.....	15
FIGURA 3. QUAR 2018.....	18
FIGURA 4. OBJETIVOS, INDICADORES E TAXA DE EXECUÇÃO DO PA.....	36

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TAXAS DE REALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E OBJETIVOS DO QUAR 2018.....	17
GRÁFICO 2. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS GABINETES DO MF	28
GRÁFICO 3. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS UTILIZADORES	29
GRÁFICO 4. COMPARAÇÃO DO GPEARI COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS	30
GRÁFICO 5. IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GPEARI NO TRABALHO DOS OUTROS ORGANISMOS.....	30
GRÁFICO 6. SATISFAÇÃO MÉDIA GLOBAL DOS COLABORADORES.....	33
GRÁFICO 7. MAPA DE PESSOAL E EFETIVOS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES – 2014 A 2018.....	59
GRÁFICO 8. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - GERAL POR RUBRICAS.....	62
GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI – FUNCIONAMENTO - COOPERAÇÃO POR RUBRICAS	62
GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E EXECUTADO DO GPEARI.....	63

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. N.º DE PUBLICAÇÕES E RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS.....	27
QUADRO 2. MAPA DE PESSOAL PARA 2018 – LUGARES PREVISTOS E OCUPADOS	59
QUADRO 3. RECURSOS FINANCEIROS EM 2018.....	61
QUADRO 4. EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DO GPEARI.....	63

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O ano de 2018 foi um ano desafiante para todos os colaboradores e dirigentes do GPEARI, marcado pelo alargamento e aprofundamento das suas áreas de atuação que, a par das dinâmicas do contexto económico do país e da União Europeia, se traduziu num constante e exigente aumento das solicitações que lhe são dirigidas.

Assumi a responsabilidade pelo GPEARI com grande entusiasmo, consciente que contaria com uma verdadeira equipa, capaz de responder e corresponder, não só na prossecução dos objetivos fixados, mas também no cumprimento das atribuições, com qualidade e tempestividade.

Num cenário de contenção orçamental e da necessidade de contratação de recursos humanos especializados e experientes, a atividade do GPEARI, ao longo do ano de 2018, foi intensa e diversificada, como se demonstra através da identificação dos factos mais marcantes e pelos principais destaques da atividade de cada departamento.

Neste ano, em que comemorou 11 anos de existência, o GPEARI viu alargadas as suas competências, tendo apostado na criação das bases necessárias para dotar o GPEARI de um conjunto de inovadoras e disruptivas ferramentas que permitirão uma mudança substancial de atuação, privilegiando a melhoria contínua dos serviços que presta e dos estudos e documentos que produz, a par da defesa dos interesses nacionais nos diversos *fora* internacionais.

A valorização dos recursos humanos, o principal ativo do GPEARI, é uma prioridade que continuará a nortear a sua atuação, com forte aposta na formação, essencial face ao grau de exigência que se coloca aos colaboradores, que contribuem decisivamente com o seu esforço e empenho para o sucesso do GPEARI.

O Diretor-Geral

José Carlos Azevedo Pereira

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório de Atividades é, por excelência, o instrumento de balanço, representando o encerramento do ciclo de gestão e é, também um exercício de análise prospetiva, no sentido da identificação dos fatores críticos para o desempenho e a adoção de medidas de melhoria.

Neste enquadramento, o documento que aqui se apresenta identifica os resultados alcançados pelo GPEARI em 2018, tendo resultado de um processo participativo, com auscultação dos colaboradores e dirigentes.

Nos últimos anos, têm sido colocados ao GPEARI sistemáticos desafios, bastante exigentes para uma estrutura da sua dimensão, em parte decorrentes do contexto económico que Portugal tem enfrentado, que se traduz numa enorme pressão para o Ministério das Finanças. Este desafio reflete-se especialmente no apoio à definição, monitorização e avaliação de políticas públicas, cujo constante escrutínio, quer no plano nacional quer no plano europeu, obrigam a uma cada vez mais criteriosa e eficiente gestão dos recursos.

Neste contexto, durante o ano de 2018 foi concretizada uma reestruturação orgânica do GPEARI, através do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho, que visou aprofundar algumas atribuições cometidas ao GPEARI, designadamente assumindo-se como um referencial para a Administração Pública, relevando as suas capacidades analíticas por forma a incrementar o apoio prestado à tomada de decisão, através de uma mais adequada concretização dos objetivos de política, em consonância com a sua missão e atribuições.

Em 2018, o GPEARI contou com um mapa de pessoal de 77 lugares, dos quais 65 se encontravam preenchidos em 31 de dezembro, número equiparado ao final do ano anterior. O recrutamento de novos funcionários ocorrido no ano de 2017 permitiu mitigar parcialmente o défice de recursos humanos especializados, mantendo-se, contudo, as dificuldades de recrutamento no universo da administração pública, não tendo sido possível, por essa via, preencher os restantes lugares previstos no mapa de pessoal.

84,4%TAXA DE
EXECUÇÃO DO
MAPA DE
PESSOAL

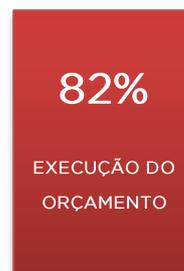
Importa ainda destacar, relativamente a esta matéria, a elevada rotatividade dos recursos humanos do GPEARI, com a aposentação de três experientes quadros, que associado ao aumento de solicitações, exigiu um empenho e comprometimento acrescido aos atuais colaboradores, tendo em vista a manutenção de um elevado desempenho do organismo.

Em termos gerais, os recursos humanos do GPEARI apresentam uma média etária de 41 anos (40,5) - semelhante à média verificada no ano de 2017 (40,4) - verificando-se também uma taxa de feminização de 58% (com uma clara primazia de mulheres no grupo dos dirigentes intermédios).

Decorrente da especificidade e tecnicidade exigidas às funções do GPEARI, a taxa de habilitação superior é bastante elevada (88%), permanecendo assim consideravelmente superior à média da Administração Pública (52,5%).

O orçamento global aprovado para o ano de 2018 ascendeu a 3,361 M€, dotação equivalente à atribuída em 2017, tendo sido executados 2,739M€, equivalente a uma taxa de execução de 82%.

Os encargos com pessoal totalizaram 2,438M€, representando 89% do seu orçamento, valor superior ao dos dois últimos anos (2,411 M€, em 2017 e 2,299 M€, em 2016).



O GPEARI registou uma taxa de execução do QUAR de 102,4%, em resultado da superação de três objetivos – dois dos quais relevantes (O1, O2) e de ter atingindo os restantes quatro. No que respeita ao plano de atividades, foram definidos para as unidades orgânicas e *task-force* de acompanhamento PPS-PPM (*Post-Programme Surveillance -Post-Programme Monitoring*) um total de 35 objetivos, que se traduziram em 50 indicadores, dos quais 16 foram superados, 32 foram atingidos e dois ficaram ligeiramente abaixo da total execução. Com efeito, a taxa de realização do plano de atividades foi de 99,8%, ao qual acresce um conjunto de atividades extra-plano que corresponderam a mais 9,7% da atividade, e que se traduzem, essencialmente, em atividades não previstas de representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos Gabinetes Ministeriais, entre outras solicitações.



Durante o ano de 2018, o GPEARI assumiu um novo conjunto de funções, mantendo, ainda, a atividade no âmbito das atribuições que já lhe estavam cometidas, tais como a coordenação e elaboração de documentos de política económica, designadamente o Programa de Estabilidade de 2018-22, o Relatório do Orçamento do Estado de 2019 o Orçamento do Cidadão de 2019,, a estimação do impacto das medidas incluídas no Programa Nacional de Reformas, os contributos para a Conta Geral do Estado de 2017 e para o Balanço da participação de Portugal na UE, bem como a elaboração de trabalhos de projeção das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas.

Destaque também para o recém-criado Conselho para a Produtividade, um órgão constituído pelo GPEARI e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, tendo o GPEARI assumido a coordenação. Este órgão, criado por solicitação do Conselho Europeu, pretende construir uma massa crítica sobre os principais constrangimentos e bloqueios da economia portuguesa, que em interação com a academia, parceiros sociais, fóruns internacionais e demais elementos da sociedade civil pretende apontar caminhos para desbloquear esses constrangimentos.

Enquanto entidade responsável no Ministério das Finanças por prestar apoio técnico no âmbito da implementação do procedimento de Avaliação de Impacto Legislativo “Custa Quanto?”, o GPEARI assegurou a realização de 21 exercícios, em estreita colaboração com os Gabinetes Ministeriais e com a UTAIL-JurisAPP. Concomitantemente, deu-se início ao desenvolvimento de uma área dedicada à avaliação de políticas públicas, tendo sido já realizados alguns estudos sectoriais e submetida uma candidatura ao Programa de Apoio a Reformas estruturais da Comissão Europeia.

21
CUSTA
QUANTO?

Por outro lado, o GPEARI deu continuidade à dinamização do ciclo de seminários mensais sobre a economia Portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, abarcando temas como fundos europeus, turismo, economia circular, alocação de recursos, competitividade, produtividade e avaliação de impacto legislativo. Foi ainda realizado o seminário para apresentação do estudo “*The Portuguese economy: Short essays on structural changes*”, um estudo inovador sobre as principais alterações à economia portuguesa, efetuado por vários elementos do GPEARI.

14
Seminários

O GPEARI continuou a garantir a coordenação das missões de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (junho e novembro), garantiu igualmente as missões no âmbito do Artigo IV do FMI no mês de maio e a missão da Comissão Europeia referente ao Semestre Europeu no mês outubro. Importa ainda referir que durante 2018, decorreu nos meses de julho e novembro a Missão da OCDE para elaboração do *Survey* de Portugal, discutido na reunião de dezembro do *Economic Development Review Committee*, em Paris.

7
MISSÕES
COMISSÃO
EUROPEIA, FMI,
OCDE

Ao nível da política europeia, o GPEARI coordenou a posição do Ministério das Finanças em diversas temáticas, nomeadamente, no debate relativo ao Quadro Financeiro Plurianual para a União Europeia para o período financeiro programático de 2021 a 2027. Foi também garantido o desenvolvimento dos trabalhos relativos à posição portuguesa no âmbito do Brexit, coordenando no MF a definição das orientações estratégicas e a preparação para todos os potenciais cenários, contribuindo para o Plano de Preparação e Contingência.

Foram ainda desenvolvidos trabalhos com vista à preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia de 2021.

Destaque ainda para os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Eurogrupo, ECOFIN, Comité Económico e Financeiro, CEF-SCIMF, *Task Force on Coordinated Action*; Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho, tais como o Output Gap, o LIME, o Economic Forecasts ou Ageing Population and Sustainability, cujo exercício, em 2018, foi muito exigente, consubstanciando-se como a base para a sustentabilidade das finanças públicas nos próximos anos. De referir também os trabalhos na esfera da OCDE, tais como a participação no Comité de Política Económica, *Short-Term Economic Prospects*; Comité de Mercados Financeiros, Reunião

Ministerial, *Economic and Development Review Committee, Survey de Portugal, Global Forum on Productivity*, entre outros Grupos de Trabalho. A nível interno, refira-se também a participação do GPEARI como representante no Conselho Económico e Social, no Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras das Regiões Autónomas, bem como a participação em diversos grupos de trabalho do Conselho Superior de Estatísticas do Sistema Estatístico Nacional.

A área dos Serviços Financeiros, em resultado da importância que tem vindo a adquirir nos últimos tempos, ganhou nova dinâmica na atual orgânica, constituindo-se como uma nova estrutura. Neste âmbito, importa destacar o papel particularmente importante do GPEARI na negociação das iniciativas legislativas, atendendo à sua função de coordenação e representação do Ministério das Finanças nas negociações do Conselho da UE. Neste sentido, os trabalhos continuaram a ser dominados pelo projeto da União Bancária (UB), com destaque para a Cimeira do Euro, em dezembro, onde foram tomadas decisões estruturantes sobre o mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução (FUR) e pelo projeto de criação de uma União dos Mercados de Capitais (UMC), prioritário na agenda da Comissão Europeia e do Conselho ao longo de 2018.

Importa, também, realçar o apoio crescente prestado pelo GPEARI na análise de anteprojetos de transposição, tendo este ano sido transpostas seis diretivas da responsabilidade do Ministério das Finanças, no âmbito, designadamente, dos serviços de pagamento no mercado interno, da posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência, da distribuição de seguros e da prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.



Paralelamente, em 2018, foi dada continuidade à participação do GPEARI na Comissão de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (BC/FT), tendo o GPEARI sido indicado como representante de Portugal na *Proliferation Finance Project Team*, enquadrado no seio do GAFI.

No que respeita à temática das medidas restritivas aprovadas pela ONU ou pela UE, destaque para o primeiro Relatório Anual, elaborado pelas autoridades nacionais competentes e apresentado ao Ministro das Finanças e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Verificou-se, ainda, um crescente apoio prestado pelo GPEARI aos gabinetes governamentais na análise de processos no âmbito de auxílios de Estado da área das finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração legislativa, tendo em conta o processo de modernização em curso.

Em 2018, em matéria de cooperação e relações internacionais, o GPEARI manteve a sua linha de atuação no âmbito da defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), bem como no relacionamento com países terceiros, promovendo não só objetivos das políticas externa e de cooperação, mas também a internacionalização das

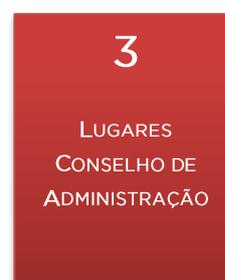
empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa por via das Instituições Financeiras Europeias e Internacionais.

O GPEARI manteve o acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Económica (ACE) com São Tomé e Príncipe e do Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Cabo Verde. Este Acordo celebrou em 2018 os 20 anos de vigência, tendo sido organizada uma Conferência Comemorativa, na Cidade da Praia, a 14 de setembro de 2018, visando o lançamento de um debate sobre “*O Regime Cambial em Cabo Verde – Situação Atual e Desafios*” e “*Vias de Aprofundamento do Acordo de Cooperação Cambial*”. Portugal fez-se representar pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, tendo o evento contado ainda com a participação do Diretor-Geral do GPEARI, na qualidade de coordenador da Comissão de Acompanhamento do Acordo (COMACC).

Destaque ainda, para a operacionalização do Compacto para os Países Lusófonos com o Banco Africano de Desenvolvimento, uma iniciativa que visa o desenvolvimento do setor privado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, simultaneamente, o apoio ao investimento português nestes países.

É ainda de salientar a realização, em janeiro, da Reunião Informal Consultiva do Presidente do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com os Países Membros Não Regionais, tendo sido realizado, à margem deste encontro, um seminário de divulgação sobre Parcerias Público-Privadas (PPP), que, a par da modernização administrativa são temas nos quais Portugal tem reconhecido valor acrescentado e *expertise* para partilhar neste fórum.

O GPEARI tem ainda um papel relevante em matéria de relacionamento institucional de Portugal, quer com o Banco Europeu de Investimento (BEI), assumido uma posição de Suplente na Administração do Conselho da instituição, em representação de Portugal e Espanha, quer com o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), em que ocupa a posição de Administrador e Administrador Suplente no Conselho de Administração, registando um dinamismo expressivo em matéria de financiamento de projetos em Portugal.



A nível interno, o projeto de (Re)construção da identidade corporativa do GPEARI teve grandes desenvolvimentos, destacando-se os trabalhos com vista à criação de uma nova imagem, que representará igualmente mote para a implementação de novas formas de comunicação, quer no plano interno, quer de projeção da atividade do GPEARI.

Neste sentido, também em 2018, foram apresentadas três candidaturas que, a longo prazo, irão reforçar fortemente o desempenho organizacional do GPEARI: i) candidatura a certificação enquanto *research entity* da Eurostat que permitirá o acesso a bases de microdados, potenciando o desenvolvimento de trabalhos e investigação; ii) candidatura ao Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia para capacitação interna em termos de avaliação de políticas públicas e melhoria do processo de quantificação



macroeconómica do impacto das reformas estruturais; iii) candidatura ao SAMA2020 com o projeto - SIPA - Sistema Integrado de Processos e Atividades, que visa a reengenharia e desmaterialização na gestão dos processos, a renovação do portal do GPEARI e um estudo piloto para implementação de um balcão único de prestação de serviços às empresas na ótica da internacionalização.

Importa ainda salientar que, num contexto de elevada exigência, o GPEARI assegurou a preparação e/ou participação num conjunto muito alargado de reuniões e encontros, totalizando cerca de um milhar: i) enquadradas no apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF foram identificadas 598 reuniões - 350 de âmbito *Comunitário*, 200 nacionais e cerca de duas dezenas internacionais; ii) decorrentes das missões regulares de acompanhamento da Comissão Europeia, FMI e OCDE resultaram cerca de 190 reuniões; iii) resultado do acompanhamento das Instituições Financeiras Internacionais mais de 120; iv) e fruto dos trabalhos no âmbito da cooperação bilateral mais de 40.



Foi dada resposta à quase totalidade das solicitações dentro dos prazos definidos, tendo-se verificado um crescimento de 10% das solicitações face a 2017 (1496) e de 22% face a 2016 (1350 solicitações). Foram, ainda, preparados 235 documentos e reportes e mais de 340 publicações e relatórios estatísticos.



Como resultado do esforço em empenho de toda a equipa, o grau de satisfação aferido junto dos gabinetes ministeriais da área das Finanças com o desempenho do GPEARI foi de 4,36 e o dos demais utilizadores foi de 4,16 (escala de 1 a 5), o que demonstra um nível de aderência bastante elevado entre as expectativas dos principais clientes e o trabalho realizado.

A par dos desafios identificados, durante 2018, o GPEARI continuou a dar grande importância à melhoria de mecanismos e instrumentos de organização interna e controlo de gestão, bem como à gestão dos recursos disponíveis, que tem exigido uma redefinição de prioridades, potenciando melhorias de eficiência e claras demonstrações de empenho e esforço, tendo em vista a prossecução dos objetivos estabelecidos. O caminho definido e as bases criadas em 2018 permitirão ao GPEARI continuar a pautar a sua intervenção e atividade em patamares elevados de qualidade, promovendo a excelência, fomentando o bom clima organizacional, o espírito de equipa e um forte compromisso com os objetivos organizacionais.

2. O GPEARI

No decorrer do ano de 2018 foi concretizada uma reestruturação orgânica do GPEARI através do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018 de 13 julho¹, em conjugação com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, que veio definir a nova estrutura nuclear. As unidades orgânicas flexíveis constam do Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018.

Este novo enquadramento regulamentar veio conferir ao GPEARI um novo conjunto de atribuições, pretendendo contribuir para a criação das bases estruturais que garantam ao GPEARI a capacidade para prestar aconselhamento técnico de apoio à tomada de decisão pela área de governação das Finanças, no âmbito das suas competências e com base na melhor e mais recente informação disponível.

Pretende-se, ainda, que o GPEARI se assuma como um referencial para a Administração Pública na produção de estudos com os mais elevados níveis de qualidade e de exigência, sendo, por isso, fundamental garantir que tenha acesso à informação relevante de natureza política, estatística e económica e que seja dotado de recursos humanos que lhe permitam prosseguir esse objetivo. De referir, ainda, a importância de garantir o aprofundamento de relações privilegiadas com outros gabinetes similares, com a academia e com outras instituições nacionais e internacionais com competências semelhantes, beneficiando, assim, da partilha das melhores práticas profissionais e de informações relevantes para a sua atuação.

Importa referir que no momento da apresentação do Plano de Atividades para 2018 ainda não era conhecida a nova estrutura orgânica, que veio a ser implementada, essencialmente, no decorrer do último trimestre. Assim, por forma a garantir a coerência entre os instrumentos de gestão e para concluir todos os processos pendentes relativos ao ciclo de gestão de 2018, manteve-se a estrutura orgânica inicial, cuja principal diferença decorre do desdobramento do Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa em dois Departamentos - Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa e o Departamento de Serviços Financeiros.

Assim, a missão, visão e valores, bem como as atribuições e estrutura orgânica, que de seguida se apresentam, resultam já dos atuais dispositivos legais que sustentam a atuação do GPEARI.

¹ Revogando o Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto e o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril.

2.1. Missão, Visão, Valores

MISSÃO

Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira; assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais; acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

VISÃO

Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão;

Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças;

Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores.

VALORES

Excelência e profissionalismo, adotando uma cultura de autocrítica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas;

Rigor e Integridade, garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada;

Responsabilidade e sentido de dever, definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal;

Criatividade e partilha do saber, promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARl.

2.2. Atribuições²

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, das prioridades e dos objetivos do MF e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do mesmo;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e no controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Contribuir para a elaboração das Grandes Opções do Plano;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do MF;
- Coordenar a elaboração de contributos para documentos oficiais como o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Elaborar estudos económico-financeiros que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados e podendo contratar a prestação dos serviços necessários para o efeito, com respeito pelas normas de contratação aplicáveis;
- Analisar a evolução do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional, tendo em vista apoiar o Governo no cumprimento dos objetivos orçamentais;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do MF;
- Assegurar e coordenar a atividade do MF no âmbito da União Europeia, garantindo a participação ativa e o acompanhamento, em coordenação com a área dos negócios estrangeiros, das obrigações decorrentes do enquadramento europeu em matéria de política orçamental e de governação económica;
- Assegurar o acompanhamento e monitorização das obrigações decorrentes do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, competindo-lhe ainda constituir-se como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes da Comissão

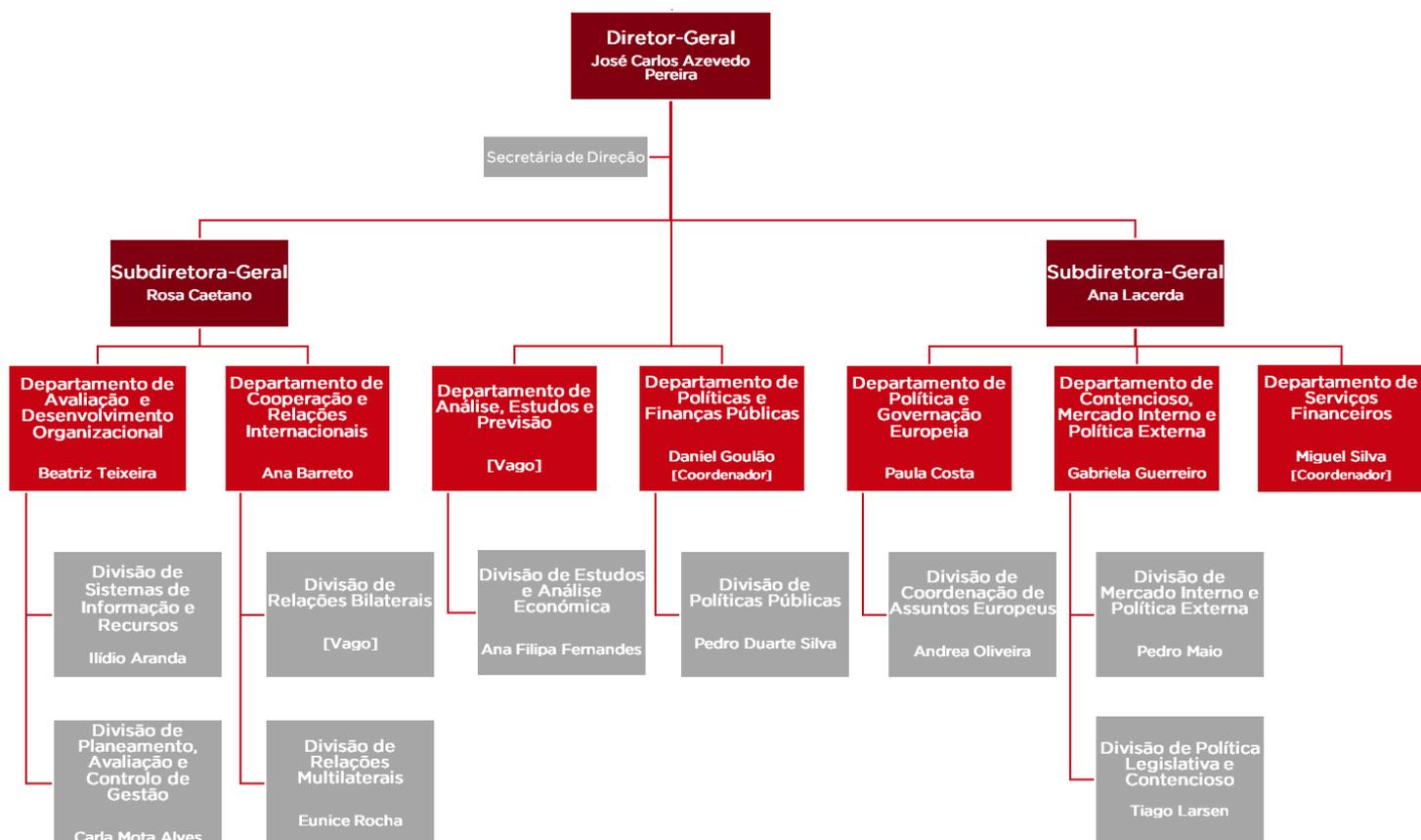
² Alínea nº2 do Artigo 3.º do Decreto-Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de junho.

Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, centralizando a comunicação e a partilha de informação das várias áreas governativas, dos serviços e dos organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre estes;

- Assegurar e coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais assegurando o relacionamento institucional com instituições pares em países estratégicos para Portugal, em coordenação com a área governativa dos negócios estrangeiros;
- Assegurar, em articulação com a área do planeamento e dos negócios estrangeiros, a atividade do MF no âmbito das relações com a União Europeia, garantindo o acompanhamento das obrigações decorrentes dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia no que se refere ao Programa Nacional de Reformas, integrado no Semestre Europeu;
- Acompanhar e promover, em conjunto com a área dos negócios estrangeiros, a representação portuguesa nas diversas instituições financeiras multilaterais de que Portugal é acionista, cabendo-lhe potenciar o retorno destas participações e promover o investimento e a internacionalização das empresas nacionais;
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MF, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do MF que careçam de regulamentação;
- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF, e submetê-los ao membro do Governo competente.

2.3. Estrutura Orgânica

Figura 1. Estrutura Orgânica do GPEARI³



³ Estrutura Nuclear do GPEARI a 31.12.2018, de acordo com a Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto e o Despacho n.º 10003/2018, de 26 de outubro de 2018

2.4. Principais Clientes e Serviços

O GPEARI, enquanto serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, tem como principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Acresce que também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI.

A par deste conjunto de *stakeholders* destacam-se ainda utilizadores e interlocutores externos, onde se incluem outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO, o Conselho para a Produtividade; e organizações e instituições estrangeiras e internacionais, onde se incluem diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do sector privado.

Para além destes, e não só os que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e dos restantes processos regulares de supervisão a que Portugal está sujeito tal como os restantes estados-membros, existem ainda outros interlocutores do GPEARI, tais como: o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (incluindo a REPER em Bruxelas), o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global, bem como ordens profissionais e associações do setor financeiro.

Figura 2. Utilizadores e interlocutores do GPEARI



Da atividade do GPEARI destacam-se como os principais serviços prestados os seguintes:

- ▶ Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e, em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo Trimestral Macroeconómico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais; o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do Ageing); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional.
- ▶ Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, as Grandes Opções do Plano, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado.
- ▶ Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.
- ▶ Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:
 - Boletim Mensal de Economia Portuguesa, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia;
 - Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
 - Notas de Preços, Nota de Indicadores de Curto-Prazo, Nota de Empréstimos e Nota de Comércio Externo;
 - Dossiers de Finanças Públicas (Portugal e Comparações Internacionais);
 - *Portugal Latest Key Development*;
 - *Newsletter* da área internacional.
- ▶ Artigos sobre temas diversos, objeto de publicação na página eletrónica do GPEARI.
- ▶ Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais.
- ▶ Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF.
- ▶ Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP.
- ▶ Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.
- ▶ Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional.
- ▶ Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI.
- ▶ Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF.
- ▶ Acompanhamento e monitorização do Programa "Pagar a Tempo e Horas".
- ▶ Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério.

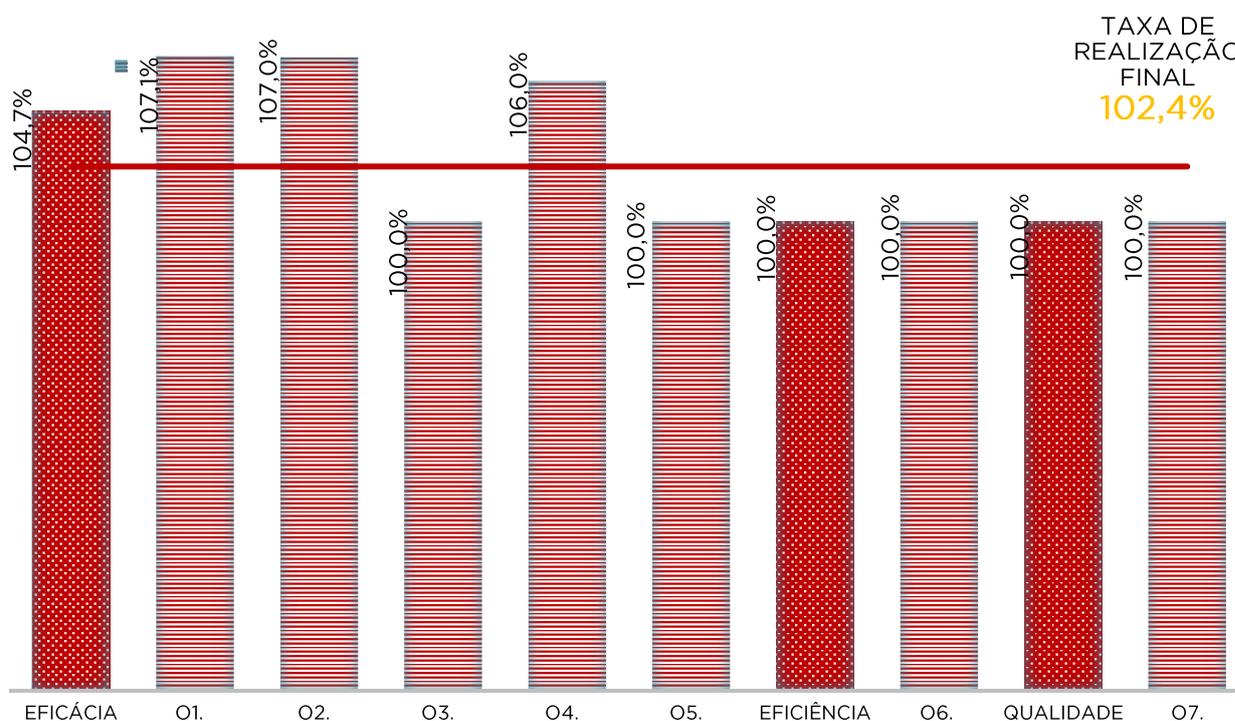
3. AUTOAVALIAÇÃO

3.1. QUAR 2018 – Análise dos resultados e desvios

O QUAR do GPEARl para 2018 traduziu uma perspetiva de continuidade dos principais objetivos operacionais, mantendo estável igualmente a estrutura de indicadores durante os últimos anos. Em concreto, e face aos objetivos estratégicos definidos, o GPEARl sustentou o seu desempenho num conjunto de atividades cujos resultados alcançados e os desvios verificados, em relação ao previsto no QUAR se apresentam de seguida.

Tal como nos anos anteriores, também em 2018 o GPEARl alcançou um resultado global acima do planeado (102,4%) não obstante, ser relativamente mais baixo do que em 2017 (taxa de realização do QUAR de 110,4%) e em 2016 (109,6%).

Gráfico 1. Taxas de realização dos parâmetros e objetivos do QUAR 2018



O parâmetro da Eficácia foi superado - com um peso relativo de 50% - tendo obtido uma taxa de realização de 104,7%. No que respeita aos parâmetros da Eficiência e da Qualidade, com pesos relativos de 25%, ambos foram atingidos.

Foram superados três objetivos - dois dos quais relevantes (O1, O2) e atingidos quatro.

Figura 3. QUAR 2018

QUAR												2018
Quadro de Avaliação e Responsabilização												
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS												
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais												
MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.												
Objectivos Estratégicos												
OE 1. Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.												
OE 2. Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária												
OE 3. Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral												
OE 4. Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus												
EFICÁCIA											Ponderação:	50%
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal											Peso:	25%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL	
IND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	-	7	8	6	7	2	4	33%	6	100%	Attingiu	
IND2. Nº de reuniões organizadas	-	138	199	146	110	20	200	33%	187	121%	Superou	
IND3. Nº de reportes às instituições internacionais	-	-	203	150	160	10	200	34%	150	100%	Attingiu	
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF											Peso:	25%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL	
IND4. Nº de documentos de política económica elaborados	7	8	27	20	20	5	30	40%	27	118%	Superou	
IND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	15	22	37	57	55	10	70	30%	58	100%	Attingiu	
IND6. Número de reuniões asseguradas	585	488	644	552	575	50	650	30%	598	100%	Attingiu	
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa											Peso:	20%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL	
IND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	100%	100%	100%	100%	90,0%	9,0%	100%	100%	94%	100%	Attingiu	
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais											Peso:	20%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL	
IND8. Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	10	11	10	10	10	2	15	40%	13	115%	Superou	
IND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	76%	83%	83%	79%	80%	10%	100%	60%	84%	100%	Attingiu	
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental											Peso:	10%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL	
IND10. N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	313	395	398	346	350	25	400	100%	344	100%	Attingiu	
EFICIÊNCIA											Ponderação:	25%
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas											Peso:	100%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL	
IND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	98%	98,1%	99,3%	99,6%	98,50%	1,00%	100%	100%	99,33%	100,0%	Attingiu	
QUALIDADE											Ponderação:	25%
O7. Promover a projeção externa do GPEARI											Peso:	100%
INDICADORES	2014	2015	2016	Resultado 2017	META 2018	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL	
IND12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,10	4,40	4,13	4,51	4,30	0,15	5	50%	4,36	100%	Attingiu	
IND13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,00	4,23	4,15	4,08	4,10	0,10	5	50%	4,16	100%	Attingiu	

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos						Objetivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação		
					Identificação		
EFICÁCIA	50%	52,4%	104,7% ✓	Superou			
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	25%	26,8%	107,1% ✓	Superou	12,50%	R	
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	25%	26,8%	107,0% ✓	Superou	12,50%	R	
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	20%	20,0%	100,0% ✓	Atingiu	10,00%		
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais	20%	21,2%	106,0% ✓	Superou	10,00%		
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	10%	10,0%	100,0% ✓	Atingiu	5,00%		
EFICIÊNCIA	25%	25%	100,0% ✓	Atingiu			
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	100%	25,0%	100,0% ✓	Atingiu	25,00%	R	
QUALIDADE	25%	25%	100,0% ✓	Atingiu			
O7. Promover a projeção externa do GPEARI	100%	100,0%	100,0% ✓	Atingiu	25,00%	R	
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%	102,4%	102,4%		75,00%		

Indicadores	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
IND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contido a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos de apoio à decisão política
IND2. Nº de reuniões organizadas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force Nota metodológica: Inclui Reuniões preparatórias, reuniões com outros Ministérios e reuniões com as Instituições Internacionais	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de reportes no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
IND3. Nº de reportes às instituições internacionais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force Nota metodológica: Inclui os documentos de reporte acordados no memorando de acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal - Data Provision, Week Development e outros de natureza diversa.	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
IND4. Nº de documentos de política económica elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPPP; Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração de: Grandes Opções do Plano para 2018; Programa de Estabilidade, Conta Geral do Estado 2016; Relatório do Orçamento do Estado para 2018; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE; Outros documentos de enquadramento solicitados pelos Gabinetes Governamentais	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPPP Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND6. Número de reuniões asseguradas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPPP, DPE, DMSPL Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais, europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em fase de implementação - o PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF, ambos de âmbito CPLP	Grau máximo de execução
IND8. Nº de iniciativas que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Enghêba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das FI (%)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Apurado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela aicop Portugal Global.	Grau máximo de utilidade
IND10. Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPPP, DCRI Nota metodológica: Enghêba um conjunto de publicações e relatórios estatísticos representativos da atividade do GPERI em matéria de produção e divulgação de informação económico-financeira e orçamental, periodicidade diária, mensal e trimestral.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
IND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP, DPPP, DCRI; DMSPL; DADO; DPE Nota metodológica: Inclui as solicitações com prazo estabelecido e com prazo implícito (a partir do qual a resposta é considerada extemporânea ou desnecessária).	Percentagem máxima de solicitações respondidas.
IND12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	Grau máximo de satisfação
IND13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	Grau máximo de satisfação

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30/jun		30/set		31/dez			
				Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos	Efetivos	Pontos		
Dirigentes - Direção superior	20	3	60	3	60	3	60	3	60	0	100%
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16	15	240	13	208	12	192	12	192	-3	80%
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças e Téc. Superior	12	49	588	43	516	41	492	42	504	-7	86%
Coordenador Técnico	9	1	9	1	9	1	9	1	9	0	100%
Técnico de Informática	9	4	36	3	27	3	27	3	27	-1	75%
Assistente Técnico	8	4	32	4	32	3	24	3	24	-1	75%
Assistente Operacional	5	1	5	1	5	1	5	1	5	0	100%
Total		77	970	68	852	64	809	65	821	-12	84%

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	Realizado 31-12-2015	Previsto 31-12-2016	Realizado 31-12-2016	Previsto 31-12-2017	Realizado 31-12-2017	Previsto 31-12-2018	Realizado 30-06-2018	Realizado 30-09-2018	Realizado 31-12-2018
	55	75	54	76	65	77	68	64	65

DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução
			30-06-2018		31-12-2018		
			30-09-2018	31-12-2018	31-12-2018		
Orçamento de funcionamento	€ 3 361 118,00	€ 3 361 118,00	€ 1 302 850,90	€ 1 896 878,17	€ 2 725 369,29	€ 635 748,71	81%
Despesas com Pessoal	€ 2 852 808,00	€ 2 852 808,00	€ 1 209 027,24	€ 1 756 883,97	€ 2 436 517,44	€ 416 290,56	85%
Aquisição de Bens e Serviços	€ 436 060,00	€ 436 060,00	€ 93 583,66	€ 138 766,51	€ 245 035,41	€ 184 484,59	57%
Outras despesas correntes	€ 250,00	€ 490,00	€ 240,00	€ 240,00	€ 240,00	€ 250,00	49%
Aquisição de bens de capital	€ 72 000,00	€ 78 300,00	€ -	€ 987,69	€ 43 576,44	€ 34 723,56	56%
PIDDAC	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -	
TOTAL	€ 3 361 118,00	€ 3 361 118,00	€ 1 302 850,90	€ 1 896 878,17	€ 2 725 369,29	€ 635 748,71	81%

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO	Superou
	50%	52,4%↑	

O1.	ASSEGURAR A COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PÓS-PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO DE PORTUGAL	PLANEADO	EXECUTADO
		25%	26,8% Superou

INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	6	[5;9]	33%	4	6	100% Atingiu

Após a realização de cada missão de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o GPEARI elabora um relatório síntese de todos os assuntos tratados durante a missão, o ponto de situação, os pontos pendentes e as matérias críticas.

Neste indicador foram medidos os prazos de entrega dos relatórios técnicos das seguintes missões:

- Missão do Artigo IV, que terminou no dia 28 de maio de 2018;
- 6.ª Missão PPS, que terminou a 11 de junho de 2018;
- 7.ª Missão PPS, que terminou no dia 30 de novembro de 2018.

Em qualquer uma das missões referidas, o prazo de entrega do respetivo Relatório Técnico de reporte da missão foi bastante reduzido, tendo sido apresentado em 6 dias. Assim, este indicador relativo ao cumprimento dos prazos de entrega dos relatórios técnicos de reporte das missões foi atingido.

INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 2. Nº de reuniões organizadas	146	[90;130]	33%	200	187	121% Superou

Este indicador reflete o número reuniões preparadas e/ou com representação assegurada no âmbito de missões de acompanhamento e monitorização do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro com as instituições internacionais. Inclui igualmente as reuniões com os ministérios e demais entidades envolvidas nas missões, bem como as reuniões regulares de monitorização dos outros processos em curso.

O número de reuniões realizadas, no ano de 2018, foi superado em 57 reuniões, face ao número inicialmente previsto, o que deu origem à superação do presente indicador. O maior número de reuniões preparadas e/ou com representação assegurada foram com Instituições (75%) como a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu, a OCDE ou o FMI.

INDICADORES		2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 3.	Nº de reportes às instituições internacionais	150	[150;170]	34%	200	150	100% Atingiu

Os reportes regulares de informação às instituições internacionais acordados nos termos do “*Agreement on Data Provision*” incluem o envio de informação com diferentes periodicidades (semanal, mensal, trimestral e semestral), bem como informação acerca do progresso dos processos em curso.

O número de reportes regulares de informação às instituições internacionais ficou, no ano de 2018, dentro da meta estabelecida.

O2. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF		PLANEADO	EXECUTADO
		25%	26,8% Superou

INDICADORES		2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 4.	Nº de documentos de política económica elaborados	20	[15;25]	40%	30	27	118% Superou

Este indicador traduz a participação do GPEARI em trabalhos de coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como o Programa de Estabilidade, o Relatório do Orçamento do Estado (2019), o Programa Nacional de Reformas, a Conta Geral do Estado 2017 e o Balanço da participação de Portugal na UE.

Para além destes documentos claramente estabelecidos, os gabinetes governamentais solicitam contribuição e preparação de um conjunto de outros documentos de política, com difícil quantificação prévia, o que levou à superação deste indicador.

	INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 5.	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	57	[45;65]	30%	70	58	100% Atingiu

Ainda no âmbito do Objetivo do reforço do apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF, o GPEARI desenvolveu um conjunto de documentos de política e de apoio à decisão.

Pelo número de documentos produzidos, salientam-se os trabalhos de análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental, a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas e de finanças públicas e os exercícios de Avaliação de Impacto Legislativo – *Custa Quanto?*.

São também de referir a elaboração de *policy papers* sobre várias temáticas, direcionados para os decisores políticos do ministério e também o Balanço da participação de Portugal na UE.

O GPEARI lançou, também, um conjunto de ensaios sobre as alterações estruturais que se registaram na economia portuguesa nas últimas décadas e elaborou um artigo relativo às determinantes da receita fiscal, disponível na página eletrónica do GPEARI, foi ainda dada continuidade ao modelo de previsão trimestral do défice das Administrações Públicas, bem como à integração das exigências do *Medium Term Budgetary Framework* no modelo de previsão macroeconómica e de finanças públicas.

Por fim, ressalva-se o ciclo de seminários em parceria com o GEE do Ministério da Economia, que tiveram continuidade do ano anterior, que versaram sobre temas tão diversos como fundos europeus, turismo, economia circular, alocação de recursos, competitividade, produtividade e avaliação de impacto legislativo.

	INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 6.	Número de reuniões asseguradas	552	[525;625]	30%	650	598	100% Atingiu

O GPEARI tem assumido, ao longo dos últimos anos, a representação e/ou preparação de reuniões aos mais diversos níveis e sobre matérias bastante diversificadas, tornando-se esta uma das atividades mais críticas e que consome maiores recursos – humanos e financeiros – tendo-se previsto a participação num conjunto alargado de reuniões (entre 525 e 625) durante o ano de 2018.

O número de reuniões que o GPEARI assumiu a representação e/ou preparação ficou, no ano 2018, dentro da meta prevista inicialmente, tendo registado um conjunto de 598 reuniões.

Do conjunto total de reuniões, mais de 350 foram *Reuniões Comunitárias* (incluindo reuniões nacionais de preparação de reuniões comunitárias), das quais fazem parte os encontros nos seguintes fóruns:

- Conselho ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes), *briefings* com as Embaixadas dos Estados-membros da União Europeia presentes em Lisboa e Conselho Europeu;
- Reuniões bilaterais com a Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu;
- Grupos de trabalho CEF-SCIMF e *Task Force on Coordinated Action*;
- Comité de Política Económica e respetivos Grupos de Trabalho (Ageing Population and Sustainability, Output Gap, LIME, Economic Forecasts);
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (Comité Serviços Financeiros, Grupo Serviços Financeiros do Conselho, Grupos de peritos da Comissão Europeia, etc.);
- Mecanismo Europeu de Estabilidade e Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira (Conselho de Administração e Conselho de Governadores);
- Banco Europeu de Investimento (Conselho de Administração e de Governadores);
- Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (Conselho de Administração);
- Reuniões no âmbito da modernização dos auxílios de Estado.

O GPEARI participou em mais de duas dezenas de *Reuniões Internacionais*, nos seguintes âmbitos:

- Reuniões no âmbito do Artigo IV do FMI;
- OCDE (Comité de Política Económica, *Short-Term Economic Prospects*; Comité de Mercados Financeiros, Reunião Ministerial, *Economic and Development Review Committee*, *Survey de Portugal*, *Global Forum on Productivity*, entre outros Grupos de Trabalho);
- Organização Mundial do Comércio (Comité do Comércio de Serviços Financeiros);
- Reuniões com agências de rating e com investidores;

Relativamente às reuniões de âmbito nacional, que decorrem em Portugal, com a participação de entidades nacionais e internacionais, em 2018, ocorreram mais de duas centenas de *Reuniões Nacionais*, com as seguintes entidades ou temáticas:

- Banco de Portugal;
- Comissão Branqueamento de Capitais/Financiamento de Terrorismo;
- Conselho Económico e Social;
- INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN e GT C.S. Saúde);
- CIAE a nível técnico e preparação de reuniões da CIAE a nível político, CIPE e CNDH;
- Pontos focais para o Brexit;
- Quadro Financeiro Plurianual – Recursos próprios e aprofundamento da UEM;

- Grupo de Trabalho “GAFI” e Grupo de Trabalho “Medidas Restritivas”;
- Grupo de Trabalho de Estatísticas das Administrações Públicas.
- Avaliação de Impacto Legislativo – “*Custa Quanto?*”;
- Outras reuniões de coordenação MNE/outros Ministérios setoriais/outras entidades.

Importa referir que um número significativo de reuniões, nomeadamente as que são afetas a grupos de trabalho e negociações, entre outras, são de difícil previsão dado dependerem das dinâmicas dos processos negociais ou do plano de ação dos grupos.

03. PROMOVER UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA		PLANEADO	EXECUTADO			
		20%	20% Atingiu			
INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	100%	[81%;99%]	100%	100%	94%	100% Atingiu

O indicador traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT), no ano em causa, os PICAT de âmbito CPLP.

Para 2018, fixou-se como meta o intervalo [81%;99%] e 100% como valor crítico. O PICAT IGF CPLP foi executado na totalidade e o PICAT Aduaneiro CPLP obteve uma execução de 89%.

A taxa de execução dos referidos programas decorreu da realização das seguintes ações:

PICAT V - Aduaneiro CPLP

- 13.ª Reunião do GT de Alto Nível, em maio
- 53.ª Reunião do GT do Sistema Harmonizado, em abril
- 3.ª Reunião do GT sobre Via Aérea da CPLP, em maio e junho*
- 13.ª Reunião do GT da Convenção de Quioto Revista, em junho
- 2ª Reunião GT sobre a Via Marítima da CPLP, em outubro*
- 9.ª Reunião do GT do Site das Alfândegas da CPLP, em novembro *
- XXXIII Reunião do Conselho de Diretores Gerais das Alfândegas da CPLP, em novembro
- Seminário sobre controlo pós-desalfandegamento das declarações, no âmbito da Assistência Mútua Administrativa, em novembro

* Realizada por videoconferência.

O4. CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS, CONSULTORES E BANCA NACIONAIS E PARA O ACESSO AO FINANCIAMENTO DA ECONOMIA NACIONAL ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS		PLANEADO	EXECUTADO			
		20%	21,2% Superou			
INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 8. N° de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	10	[8;12]	40%	15	13	115% Superou

No que respeita à promoção da internacionalização das empresas portuguesas no mercado das multilaterais financeiras, foi fixado no ano de 2018 o objetivo de implementar entre 8 a 12 iniciativas, incluindo os seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas em conjunto com a aicep Portugal Global, no âmbito do Grupo de Trabalho existente entre as duas entidades desde 2009.

O GPEARI e a aicep Portugal Global constituem-se como as entidades operacionais do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras e, nesta qualidade, promovem iniciativas de sensibilização das empresas nacionais para este mercado, disponibilizando informação sobre oportunidades concretas e a forma das empresas abordarem estas instituições nas suas estratégias de internacionalização.

No ano de 2018 foram realizados os seminários e iniciativas previstas e ainda uma iniciativa extra-plano, superando-se o objetivo fixado. Os seminários e iniciativas realizadas foram as seguintes:

- Seminário “Parcerias Público-Privadas (PPP): Oportunidades e Desafios e o papel que as Instituições Financeiras Internacionais (IFI)”, à margem da reunião dos acionistas não regionais BID, envolvendo BID, BERD, Banco Mundial, BAfD e BEI, em janeiro;
- *Workshop* “As oportunidades do mercado das multilaterais para TIC”, realizado em parceria com a ANETIE, em fevereiro;
- *Workshop* “As oportunidades do mercado das multilaterais para TIC”, realizado em parceria com a ANETIE e a ANJE, em março;
- Seminário com a Comissão Europeia sobre a Iniciativa “EU Gateway Business Avenues - Opportunities in Asia”, em abril;
- Seminário com o Banco Mundial: “World Bank New Procurement Framework and Regulations | Standard Procurement Documents”, em maio;
- Seminário com o BERD: “Working with EBRD. Opportunities in countries of Central Europe”, em maio;
- Missão empresarial à Índia para participação no *Asian Infrastructure Forum*, no quadro da Reunião Anual de Governadores do BAII, em junho;
- Webinar (BOS – Business Opportunity Seminar) com o BAsD, em junho;

- Seminário IFC-MIGA, em setembro;
- Road Show AIF em Lisboa para 45 empresas, em setembro;
- AIF em Joanesburgo para 20 empresas, em novembro;
- BOS BAsD, em novembro;
- 5.ª Edição do *Christmas Get Together*, em dezembro.

	INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 9.	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	79%	[70%;90%]	60%	100%	84%	100% Atingiu

Tal como em anos anteriores, no âmbito deste indicador foi realizado um exercício de avaliação de desempenho por parte do Grupo de Trabalho do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras, tendo-se levado a cabo uma consulta alargada junto dos participantes em vários seminários e iniciativas, com o objetivo de avaliar a utilidade e adequação das mesmas às necessidades dos empresários e consultores nacionais.

Deste modo, foi aplicado um inquérito *online* junto das empresas e consultores participantes nas diversas iniciativas organizadas pelo Grupo de Trabalho, tendo-se obtido um grau de utilidade e adequação médio de 84%, ficando dentro do intervalo da meta estabelecida para 2018 - [70%;90%] mas apresentando melhorias face ao resultado registado em 2017.

O5. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA, MACROFINANCEIRA E ORÇAMENTAL		PLANEADO	EXECUTADO
		10%	10% Atingiu

	INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 10.	N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	346	[325;375]	100%	400	344	100% Atingiu

O acompanhamento deste indicador, definido para monitorizar o cumprimento do objetivo de garantir a disponibilização de informação, mostra que o desempenho do GPEARI nesta matéria está a atingir uma fase de maturidade, tendo-se optado por uma mais criteriosa escolha de documentação a publicar o que resultou num ligeiro decréscimo no número de publicações e relatórios estatísticos produzidos.

As publicações e relatórios estatísticos que o GPEARI disponibiliza com regularidade são um ativo importante no que respeita à atividade do Gabinete e à prestação de serviços aos principais clientes. Para o apuramento deste indicador constam os seguintes documentos:

Quadro 1. N.º de publicações e relatórios estatísticos

Publicações e relatórios estatísticos	Total
N.º de <i>Newsletters</i> publicadas	4
Boletim Mensal da Economia Portuguesa (colaboração GEE)	12
Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;	250
<i>Dossier</i> de Indicadores de Conjuntura;	12
Notas - Situação Económica Internacional	12
Atualização dos Indicadores Coincidentes	12
Calendário de Publicações	12
<i>Portugal Latest Key Development</i>	12
<i>Dossiers</i> de Finanças Públicas - Portugal e Comparações Internacionais	6
Nota da Dívida	12
Total	344

OBJETIVOS DE EFICÁCIA	PLANEADO	EXECUTADO	Atingiu
	25%	25% ➔	

06.	ASSEGURAR A RESPOSTA ATEMPADA A SOLICITAÇÕES EXTERNAS	PLANEADO	EXECUTADO
		100%	100% Atingiu

INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	99,6%	[97,5%;99,5%]	100%	100%	99,33%	100% Atingiu

A tempestividade e a qualidade técnica das respostas às solicitações que são remetidas ao GPEARI são consideradas um fator crítico para o desempenho. Com efeito, os documentos e solicitações remetidos, e que carecem de resposta, implicam um apertado controlo dos prazos fixados para garantir a resposta atempada às diversas situações.

Em 2018 verificou-se um crescimento de 10% das solicitações face a 2017 (1496) e de 22% face a 2016 (1350 solicitações). De facto, das mais 1650 solicitações com prazos definidos, apenas onze não foram respondidas dentro do prazo fixado, mostrando uma clara preocupação pelo escrupuloso cumprimento dos prazos, exigindo um esforço adicional de toda a organização.

OBJETIVOS DE QUALIDADE	PLANEADO	EXECUTADO	Atingiu
	25%	25%↻	

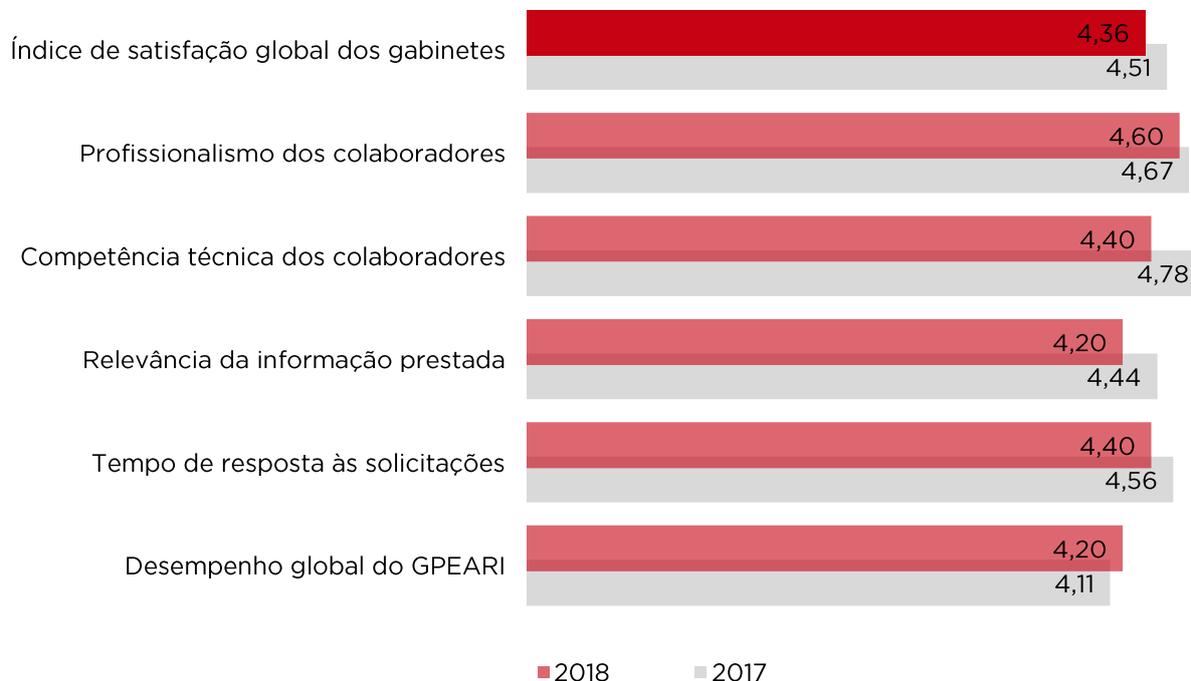
07.	PROMOVER A PROJEÇÃO EXTERNA DO GPEARI	PLANEADO	EXECUTADO
		100%	100% Atingiu

INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,51	[4,15;4,45]	50%	5	4,36	100% Atingiu

Os principais clientes dos serviços prestados pelo GPEARI são os Gabinetes Ministeriais, pelo que a análise do nível de satisfação deste grupo específico de utilizadores se reveste da maior importância para o Gabinete aferir a sua performance e avaliar os seus modos de atuação.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação que foram aplicados aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças. O questionário, constituído por cinco questões avaliadas numa escala de um (Muito Fraco) a cinco (Muito Bom), pretende avaliar as seguintes dimensões: i) Desempenho global; ii) Tempo de resposta; iii) Relevância da informação; iv) Competência técnica e v) Profissionalismo.

Gráfico 2. Satisfação média global dos Gabinetes do MF



O questionário contou com uma taxa de resposta de 14,3%, tendo esta sido inferior à do ano anterior (25%) mas superior à de 2016 (11%). Em relação ao grau de satisfação destes utilizadores verificou-se que foi de 4,36, classificado como Bom, observando-se uma descida face ao registado no ano anterior (4,51) mas mantendo-se superior ao apurado em 2016 (4,13).

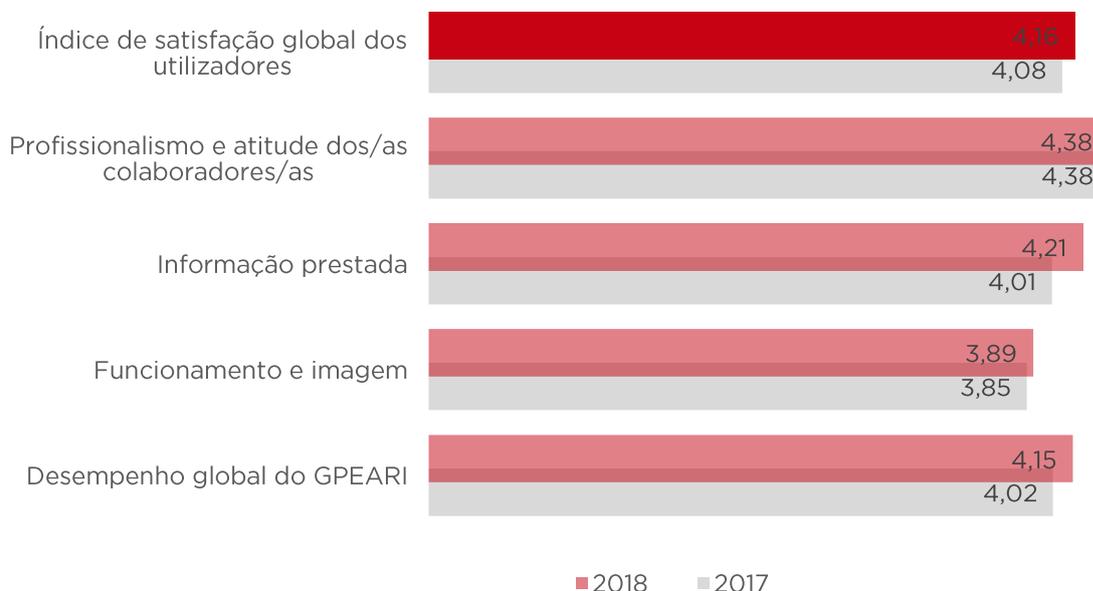
	INDICADORES	2017	META 2018	PESO	VALOR CRÍTICO	RESULTADO 2018	TAXA DE REALIZAÇÃO
IND 13.	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,08	[4;4,2]	50%	5	4,16	100% Atingiu

À semelhança de anos anteriores, foi lançado um questionário para aferir a satisfação dos utilizadores relativamente: (i) ao Funcionamento e imagem; (ii) à Informação prestada; (iii) ao Profissionalismo e Atitude dos colaboradores; (iv) e à Avaliação do desempenho global do GPEARI. Estas quatro dimensões traduziram-se num conjunto de 10 questões, avaliadas numa escala de um (Mau) a cinco (Excelente).

Para além da análise à satisfação dos utilizadores relativamente aos aspetos descritos, tentou apurar-se, por um lado a posição relativa do GPEARI face a outros organismos - numa escala de um (Muito Pior) a cinco (Muito Melhor) e por outro lado o impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho da sua organização - numa escala de um (Irrelevante) a cinco (Muito Importante).

A taxa de resposta aos questionários foi de 8,6%, abaixo do obtido em 2017 (14%) e 2016 (16%), tendo sido enviados um total de 497 questionários. No entanto, a satisfação média global dos utilizadores alcançou um valor de 4,16, superior ao registado no ano anterior (4,08), mantendo-se na classificação *Bom* e alcançando a meta estabelecida no QUAR [4;4,2]. Este valor resulta da média das quatro dimensões do questionário.

Gráfico 3. Satisfação média global dos Utilizadores

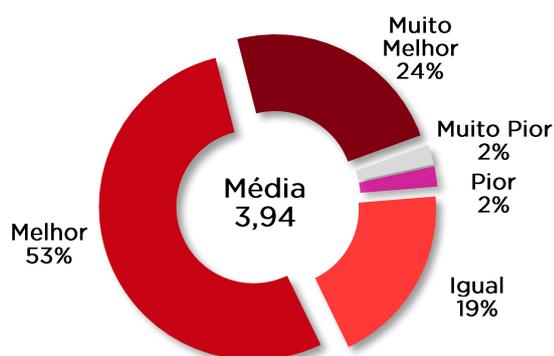


As dimensões relativas ao *Profissionalismo e atitude dos colaboradores* e *Informação prestada* foram as que atingiram um índice de satisfação mais elevado com 4,38 e 4,21, respetivamente.

Os itens com grau de satisfação mais elevados foram a Cortesia dos colaboradores com 4,49 e a Competência técnica dos colaboradores com 4,40, pelo terceiro ano consecutivo. O item que colheu menor grau de satisfação foi a de Melhorias implementadas recentemente na prestação do serviço com 3,81 pontos.

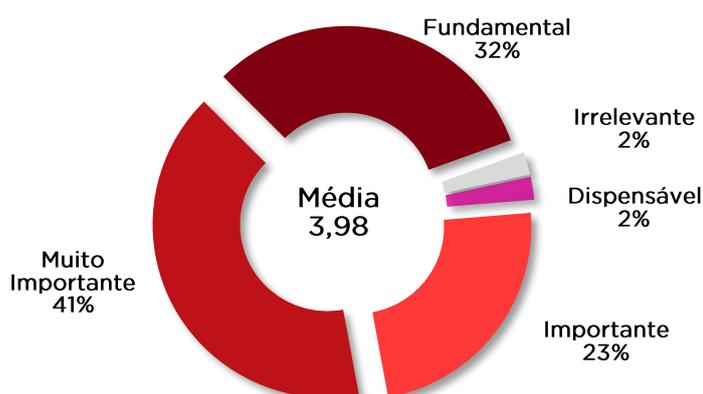
A comparação da prestação do Gabinete com outros organismos públicos mostrou que 77% dos utilizadores (72% em 2017 e 78% em 2016) considerou *Melhor* ou *Muito Melhor* a atuação do GPEARI face aos demais organismos com que se relacionam.

Gráfico 4. Comparação do GPEARI com outros organismos públicos



Relativamente ao Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI, 32% dos utilizadores inquiridos consideram *Fundamental* (21% em 2017 e 32% em 2016) e 41% consideram *Muito Importantes* (50% em 2017 e 44% em 2016) os contributos, serviços e informação prestada pelo GPEARI no desenvolvimento do seu trabalho.

Gráfico 5. Impacto do serviço/informação prestada pelo GPEARI no trabalho dos outros organismos



No questionário lançado no ano de 2018, os comentários e sugestões de melhoria identificados pelos utilizadores externos foram pouco representativos.

Encontra-se no anexo A2. um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Utilizadores*.

3.2. Principais condicionantes da Atividade em 2018

Tal como em anos anteriores, durante o ano de 2018, a atividade do GPEARI continuou a ser fortemente condicionada pela envolvente económica e financeira nacional e europeia. A articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios e serviços públicos no âmbito da coordenação da representação portuguesa no processo de acompanhamento e monitorização do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, a par de outros mecanismos europeus regulares de supervisão orçamental e multilateral, têm constituído um permanente e exigente desafio ao GPEARI.

A dificuldade de contratação de pessoal especializado, associado à elevada rotatividade dos técnicos superiores especialistas no GPEARI e à aposentação de alguns quadros experientes, não permite o pleno do mapa de pessoal, existindo, a 31 de dezembro de 2018, 12 lugares de técnicos especialistas por preencher.

Em particular, a elevada rotatividade de recursos humanos dificulta o acompanhamento das diversas pastas, restringindo a adequada retenção de *know-how* no GPEARI e exigindo um esforço acrescido por parte das equipas de trabalho na resposta às diferentes solicitações. Para além disso, a integração, adaptação e formação de técnicos recém-chegados exige de toda a organização um envolvimento significativo, num ambiente que por si só já é bastante exigente em termos de rigor e excelência do serviço prestado.

Paralelamente, a rigorosa gestão dos recursos orçamentais e controlo da despesa voltou a impor um esforço a toda a organização, em especial no controlo das principais despesas de funcionamento – deslocações e estadas e cópia e impressão, obrigando a um constante reajuste de prioridades.

3.3. Desenvolvimento de medidas de reforço do desempenho organizacional

O GPEARI tem vindo ao longo dos últimos anos a implementar ou a aprofundar um conjunto de medidas que visam a melhoria contínua do seu desempenho organizacional e que se traduzem numa gestão mais eficiente e eficaz dos seus recursos disponíveis.

Ao longo de 2018, foram formalizadas 3 candidaturas que irão reforçar fortemente o desempenho organizacional do GPEARI em anos futuros:

- Candidatura do projeto SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades, que visa implementar um conjunto de melhorias na gestão dos processos, a renovação do portal do GPEARI, um estudo piloto para implementação de um balcão único de prestação de serviços às empresas na ótica da internacionalização, entre outras medidas;
- Candidatura a certificação enquanto *research entity* da Eurostat que permitirá o acesso a bases de microdados, potenciando o desenvolvimento de trabalhos e investigação;
- Candidatura ao Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia de modo a adquirir de apoio técnico especializado de entidades externas para o desenvolvimento desta área de trabalho.

Face às fortes restrições orçamentais existentes, foram adotadas medidas adicionais de controlo e contenção da despesa, tornando necessário o aprimoramento dos procedimentos de acompanhamento das verbas destinadas às deslocações e estadas, atendendo ao peso que representam no orçamento do GPEARI (63,4% da execução global na aquisição de bens e serviços) e à criticidade destas deslocações ao estrangeiro para representação internacional e participação regular nos trabalhos da União Europeia na atividade do GPEARI.

Neste contexto, foi desenvolvida uma ferramenta para acompanhamento e reporte de Deslocações e Estadas, que facilita a comparação entre o planeamento e o executado, registando todos os custos associados a cada deslocação, permitindo assim uma monitorização diária da execução relativa às deslocações ao estrangeiro do pessoal do GPEARI, bem como todo o fluxo de processamento e pagamento das despesas inerentes à deslocação e reembolsos da UE.

No âmbito da instalação dos novos técnicos e com vista à melhoria do ambiente de trabalho, foram realizadas intervenções nas instalações do GPEARI, nomeadamente a melhoria no espaço de refeições comum e a beneficiação nos novos espaços atribuídos ao GPEARI.

No contexto da implementação de medidas de desenvolvimento organizacional e no sentido de promover a cultura interna idealizada pela nova direção do GPEARI, foram iniciados os trabalhos para o Plano Integrado de Desenvolvimento Organizacional do GPEARI.

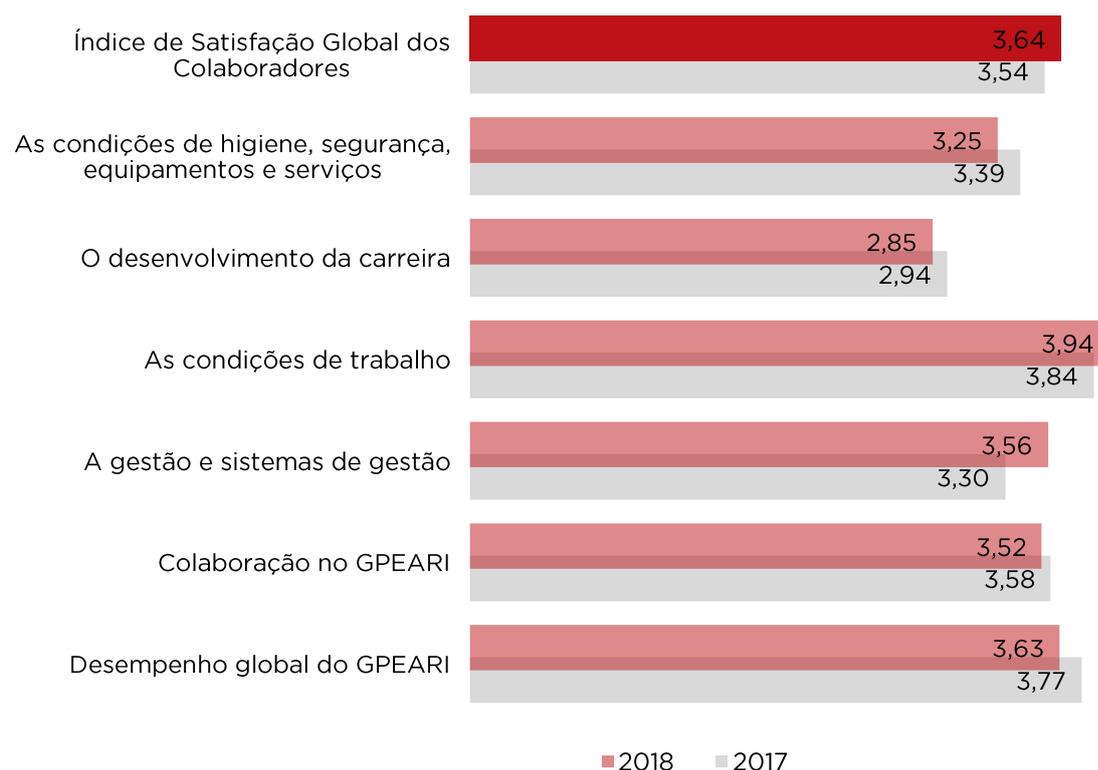
3.4. Audição de dirigentes intermédios e demais trabalhadores

No âmbito da autoavaliação do GPEARI foi lançado, à semelhança de anos anteriores, um questionário para avaliar o grau de satisfação dos colaboradores, que agrega um conjunto de temáticas relativas ao modo como os colaboradores percecionam a organização.

O instrumento de inquirição conta com 28 questões que abrangem cinco dimensões: (i) colaboração no GPEARI; (ii) gestão e sistemas de gestão; (iii) condições de trabalho; (iv) desenvolvimento da carreira; e, (v) condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços e uma questão genérica Desempenho global do GPEARI.

A audição foi realizada entre os dias 23 de janeiro e 30 de janeiro de 2019, tendo sido enviados questionários para os 58 colaboradores elegíveis e recebidas 38 respostas válidas, o que corresponde a uma taxa de resposta de 65,5%, superior à registada no ano anterior.⁴

Gráfico 6. Satisfação média global dos Colaboradores



A satisfação média global dos colaboradores do GPEARI, incluindo as cinco dimensões estudadas, foi de 3,64. Este valor é superior aos registados nos dois anos anteriores (3,54 em 2017, 3,38 em 2016), mantendo-se o nível de satisfação Bom, alcançado em 2017.

⁴ No inquérito de satisfação relativo ao ano anterior foram identificados 61 colaboradores elegíveis e foram recebidos 30 questionários válidos, correspondendo a uma taxa de resposta de 49,2%.

Embora seja na dimensão relativa às *condições de trabalho* que se verifica o grau de satisfação médio mais elevado, foi na *gestão e sistemas de gestão* que se verificou a maior subida relativamente ao ano anterior.

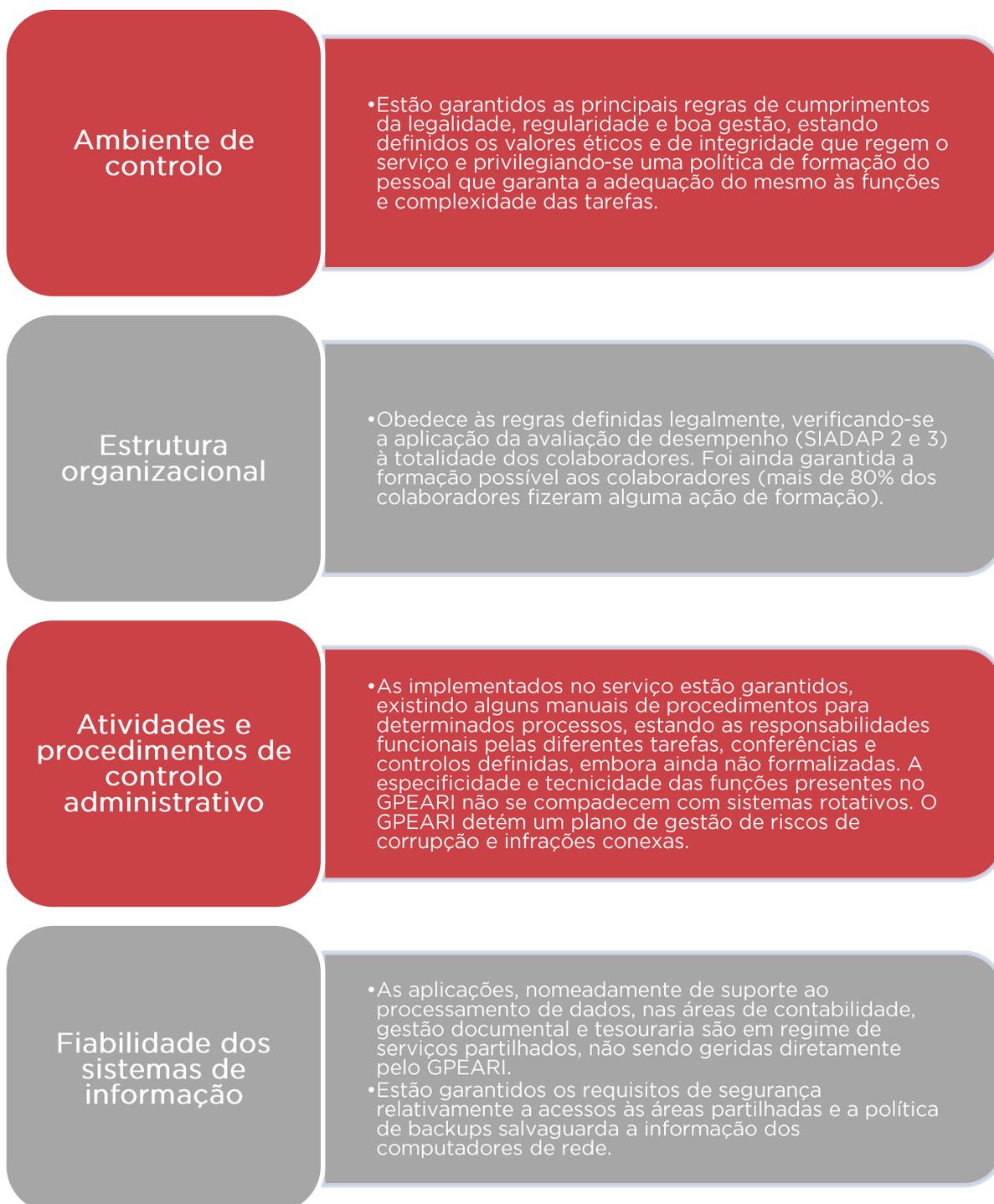
A mudança de Direção Superior, ocorrida no final do ano de 2017, bem como a estabilização da estrutura orgânica iniciada nos anos anteriores contribuiu claramente para uma melhor perceção relativamente à *gestão e aos sistemas de gestão*.

A perceção relativamente às *condições de trabalho* também melhorou, sendo reflexo da implementação integral do regulamento do horário de trabalho onde estão claramente presentes medidas de conciliação do trabalho com a vida familiar e assuntos pessoais, como seja, a utilização de crédito horário e tolerância para atrasos.

No anexo A2. pode consultar-se um documento síntese, com os principais resultados da *Análise à Satisfação dos Colaboradores*.

3.5. Avaliação do sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno encontra-se devidamente caracterizado no anexo A4, encontrando-se cumpridos a generalidade dos itens aplicáveis:



3.6. Atividades Desenvolvidas em 2018

O modelo de acompanhamento e planeamento da atividade do GPEARI traduz uma visão holística sobre todas as matérias abordadas, assentando numa estreita ligação entre os indicadores e objetivos que constituem o QUAR e o conjunto de atividades das unidades orgânicas. Assim, na elaboração dos instrumentos de gestão do GPEARI, são identificados os objetivos operacionais que refletem as prioridades para o ano em causa, permanecendo no âmbito do plano de atividades todas as restantes matérias que não se encontram plasmadas no QUAR, mas que contribuem para o total desempenho da missão do GPEARI.

Deste modo, foram definidos para as unidades orgânicas e task-force de acompanhamento PPS-PPM um total de 35 objetivos, que se traduziram em 50 indicadores, dos quais 16 foram superados, 32 foram atingidos e 2 não atingidos (mas com execuções próximas dos 100%). Deste conjunto de objetivos, alguns derivam diretamente do QUAR e são transversais a todas as unidades orgânicas, existindo um conjunto igualmente alargado de objetivos partilhados entre unidades.

Figura 4. Objetivos, indicadores e taxa de execução do PA



Com efeito, o plano de atividades definido para 2018 foi executado quase na sua totalidade, atingindo uma taxa de realização de 99,8%. Ainda assim, e a acrescer à atividade das unidades orgânicas previstas foram ainda executadas atividades extra-plano – representação em reuniões, resposta a pedidos de informação dos Gabinetes Ministeriais e outras solicitações – que corresponderam a mais 9,7% da atividade. Este acréscimo de atividades realizadas resulta de um esforço acrescido dos recursos humanos, uma vez que o mapa de pessoal não está totalmente preenchido.

Todas as unidades orgânicas registaram atividades além das planeadas, descrevendo-se, de seguida as principais áreas de intervenção de cada Departamento, bem como uma síntese do seu desempenho e principais resultados. No anexo A3. estão detalhados os objetivos, indicadores e atividades de cada um dos Departamentos, justificando-se os desvios positivos e negativos dos resultados face ao planeado.

DPFP | DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
- Relatório do Orçamento do Estado, Orçamento do Cidadão, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado
- Conjuntura económica nacional, Finanças Públicas, Dívida Pública
- Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal
- Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Output Gaps, LIME, *Ageing Population and Sustainability*
- Conselho Económico e Social, Conselho Superior de Estatística e GT C.S. Saúde, Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras das Regiões Autónomas, entre outros
- Avaliação de Políticas Públicas

RESULTADOS

Para a concretização e avaliação do desempenho do DPFP foram definidos cinco objetivos, e nove indicadores, cujos resultados levaram à concretização de quatro dos cinco objetivos propostos para o ano de 2018, como se pode aferir abaixo:

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
98,5%	3,6%	5	9	4 (44%)	4 (44%)	1 (11%)

DESTAQUES

Políticas e Finanças Públicas No domínio das políticas e finanças públicas, o ano de 2018 foi marcado pela elaboração do Orçamento do Estado (2019), do Orçamento do Cidadão (2019), do Programa de Estabilidade (2018-2022) e dos trabalhos finais relativos ao último exercício do Grupo de Trabalho do Envelhecimento da Comissão Europeia, tarefa de elevada exigência e complexidade e com particular relevância na sustentabilidade das finanças públicas nas próximas décadas. Paralelamente, registou-se um reforço do papel do GPEAR, e qualificação da respetiva intervenção, no acompanhamento e prestação de informação de política orçamental aos gabinetes do Ministério das Finanças e na análise técnica de apoio a órgãos

consultivos da União Europeia, nomeadamente ao Comité de Política Económica e ao Comité Economico e Financeiro.

Grupo de Trabalho dos Indicadores das Desigualdades Sociais e Coordenação do Subgrupo Fiscalidade e Rendimento Também em 2018, o GPEARI enquanto representante do Ministério das Finanças no Grupo de Trabalho sobre Indicadores das Desigualdades Sociais, constituído pelo Conselho Superior de Estatística, e coordenador do Subgrupo Fiscalidade e Rendimento deu continuidade ao aprofundamento da análise relativa aos riscos associados ao empobrecimento da população portuguesa e às desigualdades de oportunidades, bem como à prossecução de indicadores de monitorização da evolução das desigualdades com base em estatísticas oficiais de qualidade.

Avaliação de Políticas Públicas No domínio das políticas públicas, o ano de 2018 foi marcado pelo arranque do projeto de capacitação interna em termos de avaliação de políticas públicas, tendo sido realizados alguns relatórios focados sobre políticas setoriais. Neste quadro, com o objetivo de robustecer a capacidade interna e de aprofundar as metodologias e os instrumentos de análise, o GPEARI apresentou uma candidatura ao Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia de modo a adquirir de apoio técnico especializado de entidades externas para o desenvolvimento desta área de trabalho.

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo das Finanças Públicas, com a publicação regular dos *Dossier* de Finanças Públicas e do *Dossier* de Comparações Internacionais; do Boletim Mensal da Economia Portuguesa (em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia), e da Nota da Dívida; dos Indicadores Mensais de Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*.

Em março, foi publicado, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda o “*Dicionário de Finanças Públicas*”, da autoria de José Albano Santos, desenvolvido no curso da sua atividade no GPEARI.

DAEP | DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
- Relatório do Orçamento do Estado, Programa de Estabilidade, contributos para as Grandes Opções do Plano, para o Programa Nacional de Reformas e para a Conta Geral do Estado
- Conjuntura económica nacional e internacional
- Missões do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (CE BCE e FMI), OCDE, Comissão Europeia, FMI, Agências de Rating, Banco de Portugal
- Grupos de Trabalho da Comissão Europeia: Economic Forecasts, Output Gaps, LIME
- Avaliação do Impacto Legislativo – “Custa Quanto?”
- Conselho para a Produtividade

RESULTADOS

O DAEP definiu para 2018 um conjunto de seis objetivos e oito indicadores, concretizando todos os objetivos propostos, sendo de destacar os seguintes resultados:

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	10,8%	6	8	3 (38%)	5 (63%)	- (0%)

Destaques

Informação e Publicações O GPEARI manteve a sua atividade editorial no campo da Análise Económica e das Finanças Públicas, com a publicação regular do Boletim Mensal da Economia Portuguesa (em parceria com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia); da Nota de Preços, da Nota de Empréstimos e Taxas de Juro, da Nota do Comércio Externo, da Nota Económica de Curto Prazo, da Nota da Situação Económica Internacional, da Nota Síntese, e da Nota sobre Desenvolvimentos Recentes da Economia Portuguesa; dos Indicadores Mensais de Conjuntura e da Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura, bem como do *Portugal: Latest Key Developments*.

Avaliação Macroeconómica de Reformas Estruturais Em 2018, o GPEARI prosseguiu o projeto de quantificação macroeconómica do impacto das reformas estruturais, solidificando as metodologias que têm vindo a ser desenvolvidas internamente, em colaboração com outros ministérios, com a academia e com organizações internacionais. Este trabalho reveste-se de

particular relevância não só na definição de políticas (nomeadamente no âmbito do Programa Nacional de Reformas) mas também no aperfeiçoamento das medidas já implementadas. Com o intuito de aprofundar os instrumentos e capacidades internas, o GPEARl candidatou-se ao Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) da Comissão Europeia de modo a adquirir de apoio técnico especializado de entidades externas para o desenvolvimento desta área de trabalho.

Publicações O GPEARl lançou um conjunto de ensaios intitulado “*The Portuguese economy: Short essays on structural changes*” com o intuito de fomentar o debate acerca das alterações estruturais que se registaram na economia portuguesa nas últimas décadas. Nestes foram analisados temas como educação, estabilização do sector financeiro, alocação de recursos, rentabilidade das empresas, produtividade e competitividade. O mesmo foi apresentado num seminário organizado pelo GPEARl no dia 25 de janeiro, para a qual foram convidados participantes externos para debater os temas com os autores dos ensaios.

Foi igualmente publicado um artigo intitulado “*Determinantes do crescimento da receita fiscal*”.

Promoção da Discussão de Temas Relevantes para a Economia Portuguesa O GPEARl deu continuidade à dinamização do ciclo de seminários mensais sobre a economia Portuguesa, em colaboração com o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. Estes eventos, abertos a todos os interessados, pretendem promover a discussão e a colaboração entre os quadros do GPEARl e outras entidades, nomeadamente a academia, outros ministérios, instituições internacionais, Banco de Portugal, entre outros. No ano de 2018, foram realizados um total de 13 seminários, que se debruçaram sobre um largo conjunto de temáticas como, por exemplo, fundos europeus, turismo, economia circular, alocação de recursos, competitividade, produtividade e avaliação de impacto legislativo.

Conselho para a Produtividade O GPEARl assumiu em março de 2019, e pelo período de um ano, a coordenação do recém-criado Conselho para a Produtividade, um órgão constituído pelo GPEARl e pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, criado com o intuito de acompanhar o desempenho das políticas públicas na área da produtividade e reforçar a discussão pública e alargada sobre o tema a nível nacional e internacional. No âmbito do mesmo foi elaborado um levantamento de variáveis relevantes para a compreensão da produtividade, dos determinantes da mesma e das principais áreas de política com impacto na mesma, tendo igualmente sido realizados alguns trabalhos de investigação nesta área.

Avaliação de Impacto Legislativo – “Custa Quanto?” Tendo sido designado como a entidade responsável no Ministério das Finanças por prestar apoio técnico no âmbito da implementação do procedimento de Avaliação de Impacto Legislativo iniciado em 2017, em 2018 o GPEARl continuou a sua atividade neste âmbito, assegurando a continuidade do desenvolvimento de expertise na temática, cuja abrangência aumentou. Foram realizados 21 exercícios em estreita colaboração com os Gabinetes Ministeriais e com a Unidade Técnica de Avaliação de Impacto Legislativo (UTAIL-JurisAPP). O GPEARl contribuiu também através da troca de ideias com a UTAIL, nomeadamente no âmbito da sua participação em seminários e formações.

DPE | DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
- Conselho ECOFIN, *Eurogroup*, Comité Económico e Financeiro (CEF), *Eurogroup Working Group* (EWG), CEF-*Alternates*, SCIMF, Comité de Política Económica, Conselho Europeu; OCDE, CIAE
- Questões Económico-Financeiras, a nível da política europeia: operacionalização dos requisitos estabelecidos pela nova legislação Europeia - *Six-Pack*, *Two-Pack* e Tratado Orçamental; Semestre Europeu, Procedimento por Desequilíbrios Excessivos e Programas de Parceria Económica; Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Procedimentos de Défices Excessivos
- Acompanhamento da atividade das Instituições Financeiras Europeias: MEE, FEEF
- Acompanhamento dos trabalhos relativos ao Quadro Financeiro Plurianual e do Orçamento da União Europeia
- Acompanhamento da atividade de Instituições Internacionais: Fundo Monetário Internacional e os processos conjuntos com o Banco de Portugal

RESULTADOS

Para 2018 o DPE identificou quatro objetivos que se traduziram em cinco indicadores, todos atingidos ou superados, levando à concretização integral dos objetivos, sendo de destacar os seguintes resultados:

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	3,2%	4	5	1 (20%)	4 (80%)	0 (0%)

Destaques

Aprofundamento da União Económica e Monetária Durante o ano de 2018 decorreu a discussão do pacote de propostas da Comissão Europeia para o aprofundamento da UEM, apresentado em dezembro de 2017. Este debate sofreu um novo ímpeto com a publicação das propostas para os novos instrumentos para a UEM pós-2020 no final de maio de 2018. Assim, a Comissão Europeia apresentou instrumentos para prestação de apoio financeiro e técnico às reformas estruturais e uma função de estabilização para a área do euro com o objetivo de evitar a quebra nos níveis de investimento em casos de futuros choques assimétricos. Adicionalmente, foi igualmente debatido, com base numa proposta apresentada por dois Estados-Membros, o estabelecimento de um instrumento orçamental para o apoio à convergência e competitividade

na área do euro. As principais decisões nesta matéria foram apresentadas pelo Eurogrupo e aprovadas pelos Líderes da área do euro na Cimeira de dezembro de 2018, relativamente aos termos de referência do mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução bancária (ver destaques DMSPL), e a ficha descritiva da reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade, ao que se seguirá a alteração ao respetivo Tratado. Adicionalmente, os Líderes mandataram o Eurogrupo para trabalhar sobre a conceção, as modalidades de execução e o calendário do instrumento orçamental de convergência e competitividade para a área do euro aberto aos Estados-Membros do MTC II a título voluntário. O GPEARI participou ativamente nos trabalhos técnicos relativos a todas estas matérias, no âmbito do apoio às discussões das mesmas em variados fora, grupos de trabalho, comités e reuniões do Conselho.

Quadro Financeiro Plurianual O debate relativo ao Quadro Financeiro Plurianual para a União Europeia para o período financeiro programático de 2021 a 2027 decorreu durante todo o ano de 2018, após a apresentação, no dia 2 de maio de 2018, da proposta da Comissão Europeia do respetivo Regulamento e de propostas que o acompanharam, nomeadamente as referentes ao seu financiamento. De acordo com esta proposta, o novo quadro vem introduzir uma alargada reestruturação da despesa, dando uma maior relevância às novas prioridades da União Europeia, nomeadamente ao mercado único, investimento, transformação digital, migrações, segurança e defesa e, por fim, a uma maior participação externa da União.

A acompanhar esta reforma da despesa, a Comissão propõe um alargamento das fontes de financiamento do Orçamento da União, refletido na revisão do seu atual financiamento e na proposta para a adoção de três novos recursos próprios com base na matéria coletável consolidada comum do imposto sobre as sociedades, nas receitas do comércio europeu de licenças de emissão e na quantidade de resíduos de embalagens de plástico não reciclado.

As restantes propostas nas mais variadas áreas de atuação sucederam-se a estas propostas de despesa e receitas gerais durante o ano de 2018. São exemplos as propostas sobre os fundos estruturais e de investimento, os novos instrumentos de fomento ao investimento e para o aprofundamento da União Económica e Monetária.

O GPEARI participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição nacional relativa a esta temática, coordenando a posição do Ministério das Finanças. Esta participação contou com a participação em várias reuniões com os restantes Ministérios e em grupos de trabalho do Conselho. O GPEARI foi também responsável pela coordenação das atividades do Grupo de Trabalho informal do Ministério das Finanças para a avaliação dos candidatos a futuros Recursos Próprios da UE.

Brexit – Negociações após a ativação do Artigo 50º do TUE Após o início das negociações do Brexit em junho de 2017, as mesmas viram a sua continuação durante todo o ano de 2018. Neste período, as negociações foram focadas no estabelecimento de um período transitório, no acordo de “divórcio”, na relação futura do Reino Unido com a União e na aprovação de orientações operacionais para os Estados-Membros. Esta segunda e última fase das negociações estava prevista até ao final de 2018, de modo a garantir a conclusão formal do acordo em março

de 2019, final do período regulamentar após a ativação do artigo 50º do Tratado da UE. A 14 de novembro de 2018 a União e o Reino Unido concluíram os trabalhos relativos ao Acordo de Saída e a 22 de novembro de 2018 foram acordados os termos da declaração política da relação futura, tendo os líderes da União endossado ambos a 25 de novembro numa Cimeira extraordinária do Conselho Europeu. No entanto, o ano de 2018 viu o seu término sem a aprovação deste acordo por parte do Parlamento do Reino Unido de forma a concluir este processo e permitir uma saída ordenada deste Estado-Membro da União. Em paralelo foi igualmente desenvolvido trabalho ao nível nacional e da UE para acautelar uma saída sem acordo.

O GPEARI participou ativamente nos trabalhos de coordenação da posição portuguesa relativa a esta temática, coordenando no Ministério das Finanças as preocupações, orientações estratégicas e de preparação para todos os potenciais cenários decorrentes do Brexit, julgadas relevantes pelas várias instituições e contribuindo para o Plano de Preparação e Contingência para a saída do Reino Unido da União Europeia na área de atuação deste Ministério.

Presidência Portuguesa da União Europeia de 2021 No final do terceiro trimestre de 2018 deu-se início aos trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa da União Europeia, a qual decorrerá durante o primeiro semestre de 2021. Estes trabalhos, ainda preliminares, compreenderam uma primeira identificação de temas que poderão ser objeto de discussão durante a Presidência, bem como a identificação das necessidades de formação dos agentes com envolvimento na Presidência. O GPEARI coordenou os trabalhos nas áreas relevantes para o Ministério das Finanças.

DMSPL | DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA⁵**ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

- Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal
- ECOFIN, Eurogrupo, CEF, Eurogroup Working Group, CEF Alternates, Task Force on Coordinated Action, CPE, Conselho Europeu, CIAE, CIPE, CNDH
- Comité Serviços Financeiros da UE, Grupo Serviços Financeiros do Conselho da UE, Grupos de Peritos da Comissão Europeia (EGBPI, EGESC, EGMC, EGRFS, EGDMI, etc.), Comités de nível 2 (ESC, EBC, EIOPC, PC), Comité Serviços Financeiros da OCDE
- Acompanhamento de iniciativas no âmbito dos mercados e serviços financeiros, nomeadamente quanto à supervisão e regulação de instituições financeiras, infraestruturas de mercado, mercados e instrumentos financeiros, gestores de ativos, serviços financeiros a retalho e pagamentos
- Estratégia para o mercado único de bens e serviços, direito das sociedades, fiscalidade e questões aduaneiras, auxílios do Estado
- Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, África Caraíbas e Pacífico, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente)
- Contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação de legislação na ordem interna, combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e exercício das atribuições de autoridade competente em matéria de medidas restritivas conjuntamente com o organismo designado do MNE, convenções, acordos e protocolos.

RESULTADOS

Para a concretização da atividade do DMSPL foram definidos quatro objetivos, e seis indicadores, cujos resultados levaram à concretização de três dos quatro objetivos propostos para o ano de 2018, como se pode aferir abaixo:

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
99,8%	1,6%	4	6	2 (33%)	3 (50%)	1 (17%)

⁵ Embora titulado como «Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa», após a aprovação da nova orgânica do GPEAR, pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, e da nova estrutura nuclear, através da Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, e decorrente da divisão deste Departamento em dois Departamentos, o Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa e o Departamento de Serviços Financeiros - os destaques apresentados referem-se tanto ao Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa, bem como, após as mudanças organizacionais referidas, ao Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa e ao Departamento de Serviços Financeiros.

DESTAQUES

Serviços Financeiros Os trabalhos continuaram, pelo quarto ano consecutivo, a ser dominados pelos projetos da União Bancária (UB) e da União dos Mercados de Capitais (UMC), tendo o GPEARI participado ativamente nestes trabalhos, assegurando um forte comprometimento de Portugal com o projeto da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais (UMC). O GPEARI teve um papel particularmente importante na negociação das iniciativas legislativas, atendendo à sua função de coordenação e representação do Ministério das Finanças nas negociações do Conselho da UE.

União Bancária É de destacar a Cimeira do Euro, de dezembro de 2018, onde foram tomadas decisões estruturantes sobre o mecanismo de apoio comum ao Fundo Único de Resolução (FUR). Neste domínio, bem como no âmbito do Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (EDIS na sigla em inglês - “*European Deposit Insurance Scheme*”), os trabalhos continuarão em 2019 com vista à finalização das questões técnicas e políticas ainda pendentes. Este avanço apenas foi possível devido aos trabalhos desenvolvidos pelo Eurogrupo e aos progressos obtidos nas negociações de iniciativas legislativas relativos à redução de risco, como seja no pacote bancário⁶ e nas duas propostas legislativas no âmbito do Plano de Ação para combater os créditos não produtivos⁷.

União dos Mercados de Capitais A criação de uma UMC continuou a ser um projeto prioritário na agenda da Comissão Europeia e do Conselho ao longo de 2018. É de destacar, em particular, a apresentação do Plano de Ação para a tecnologia financeira (*fintech*, na expressão em inglês) e do Plano de Ação para o financiamento do crescimento sustentável. De facto, apesar de estes planos de ação terem objetivos mais alargados do que a UMC, constituem também importantes contributos para o seu aprofundamento. Em relação a iniciativas legislativas concretas são de referir: i) as propostas relativas às competências das Autoridades Europeias de Supervisão⁸; ii) a proposta de regulamento relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP na sigla em inglês - “*Pan European Pension Product*”); iii) o pacote legislativo que visa facilitar a distribuição transfronteiras de fundos de investimento coletivo; iv) o pacote legislativo relativo às obrigações cobertas; v) o pacote legislativo relativo a um enquadramento prudencial para empresas de investimento; vi) a proposta de regulamento relativo à promoção da utilização de mercados de PME em crescimento; vii) a proposta de regulamento introduzindo um enquadramento europeu para os prestadores europeus de serviços de financiamento colaborativo às empresas (*crowdfunding*, na expressão em inglês; viii) um pacote legislativo que visa melhorar a divulgação de informação financeira relacionada com investimentos sustentáveis e regulamentar os índices de referência associados ao impacto carbónico; ix) a proposta de revisão da Diretiva 2009/103/CE relativa ao seguro obrigatório de responsabilidade civil

⁶ Composto por cinco propostas legislativas adotadas em 23/11/2016 e que inclui alterações ao Regulamento (UE) N.º 575/2013, à Diretiva 2013/36/EU, à Diretiva 2014/59/EU e ao Regulamento (EU) N.º 806/2014.

⁷ Uma proposta relativa à cobertura mínima das perdas para exposições de mau desempenho e outra relativa aos gestores de créditos, aos compradores de créditos e à recuperação de garantias reais.

⁸ Compreendendo i) o pacote legislativo relativo à revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira e ii) a proposta de regulamento relativo à autorização de contrapartes centrais (CCP na sigla em inglês - “*Central Counterparties*”) e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros.

automóvel; e x) a proposta de regulamento visando aumentar a transparência dos encargos de conversão cambial.

Transposição de Diretivas Por outro lado, os trabalhos de transposição para o ordenamento jurídico nacional dos diplomas legislativos aprovados ao nível da UE continuaram a ganhar importância em 2018, atendendo ao elevado número de diretivas aprovadas nos últimos anos. Durante este ano, foram transpostas 6 diretivas da responsabilidade do Ministério das Finanças, 4 das quais na área dos serviços financeiros. Importa realçar o apoio crescente prestado pelo GPEARI na análise de anteprojetos de transposição, nomeadamente da Diretiva (UE) 2015/2366 relativa aos serviços de pagamento no mercado interno (cuja transposição ficou concluída em 2018), da Diretiva (UE) 2017/2399 que altera a Diretiva 2014/59/UE no que respeita à posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência, e da Diretiva (UE) 2016/97 sobre a distribuição de seguros (ambas em processo de transposição no final de 2018). Importa realçar também o início dos trabalhos de transposição da Diretiva (UE) 2018/843 que altera a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, tendo sido solicitada a apresentação de um anteprojeto de transposição à Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (Comissão BC/FT), concretamente ao seu Comité Executivo, de que o GPEARI faz parte.

Adicionalmente, o GPEARI introduziu melhorias no reporte mensal efetuado aos gabinetes governamentais do Ministério neste domínio, e passou também a reportar medidas nacionais de execução de regulamentos da União Europeia sob responsabilidade do Ministério das Finanças relacionados com serviços financeiros.

De assinalar também o maior envolvimento do GPEARI nos restantes trabalhos de aplicação da legislação da UE (nomeadamente, no que diz respeito ao exercício das opções previstas nos regulamentos) e nos trabalhos legislativos de iniciativa nacional. De referir, o contributo do GPEARI para a revisão do projeto de alteração do regime de recirculação de numerário, do projeto de alteração do regime de titularização e do projeto de alteração do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

Comissão de Coordenação de Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (BC/FT) - Em 2018, foi dada continuidade à participação do GPEARI na Comissão BC/FT, concretamente no seu Plenário, no Comité Executivo e no Secretariado Técnico Permanente. Como habitualmente, o GPEARI foi responsável pela organização das reuniões plenárias presididas pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, as quais se realizaram em março e outubro. Neste âmbito, foi dado início aos trabalhos de revisão da Avaliação Nacional de Riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (ANR). O GPEARI integra o grupo de trabalho criado para o efeito no seio da Comissão BC/FT e integra, ainda, um subgrupo de trabalho, juntamente com a Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Autoridade Tributária e Aduaneira, responsável pela conceção do módulo relativo à proliferação e ao financiamento da proliferação e elaboração do relatório das vulnerabilidades nesta área.

No final de 2018, o GPEARl foi indicado como representante de Portugal na *Proliferation Finance Project Team*, uma equipa de projeto criada no seio do GAFI para avaliar a expansão das Recomendações aplicáveis ao financiamento da proliferação, uma das prioridades da atual Presidência, tendo em conta que esta matéria é essencialmente tratada pelo GAFI através da sua Recomendação 7, relativa à implementação de medidas restritivas aprovadas pela ONU relacionadas com o financiamento da proliferação, e o GPEARl é uma das autoridades nacionais competentes em matéria de medidas restritivas (juntamente com a Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros).

No que respeita às medidas restritivas, conforme previsto no artigo 34.º da Lei n.º 97/2017, de 23 de agosto, que regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela ONU ou pela UE, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes, em 2018, o primeiro Relatório Anual sobre Medidas Restritivas, apresentado ao Ministro das Finanças e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. O relatório descreve a implementação das medidas restritivas a nível nacional, pelas diferentes entidades envolvidas, em função das atribuições e competências que lhes são legalmente atribuídas nesta matéria. Neste sentido, foi elaborado pelas autoridades nacionais competentes um questionário sobre a implementação das medidas restritivas em Portugal, que foi enviado a um conjunto de entidades públicas, tendo em vista reunir informações sobre os procedimentos adotados no âmbito da implementação das medidas restritivas durante o ano de 2017. O relatório concluiu que, tal como reconhecido pelo GAFI na sua avaliação de 2017, Portugal possui um regime de implementação de medidas restritivas que demonstra grande eficácia e que pode ser considerado, em muitos aspetos, como de referência a nível internacional.

Auxílios de Estado De salientar, por último o crescente apoio prestado pelo GPEARl aos gabinetes governamentais na análise de processos no âmbito de auxílios de Estado da área das finanças, alguns dos quais associados a processos de alteração legislativa, tendo em conta o processo de modernização dos auxílios de Estado que permitiu aos estados-membros uma maior liberdade e flexibilidade na concessão de auxílios, tendo, em contrapartida, exigido responsabilidade acrescida em matéria de controlo e de introdução de mecanismos que assegurem a conformidade com as regras. Decorrente deste processo de modernização e do exercício de avaliação das regras com início em 2019, é expectável um reforço dos trabalhos desenvolvidos pelo GPEARl neste domínio.

DCRI | DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica de âmbito CPLP (PICAT Aduaneiro e PICAT IGF)
- Cimeiras Bilaterais/ Encontros de alto nível
- Instituições Financeiras Internacionais, designadamente os grupos do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
- Corporação Andina de Fomento
- Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento
- Banco Europeu de Investimento - Mandato Externo (Mediterrâneo, Europa Oriental, Ásia e América Latina, África do Sul); Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e Parceira; Facilidade de Investimento para os países da África, Caraíbas e Pacífico)
- Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
- Fundo Comum de Produtos de Base
- Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe
- Comissão de Acompanhamento do MAMM
- Facilidade de Investimento para a Vizinhança
- Eficiência e Eficácia da Ajuda, *Trust Fund* bilaterais

RESULTADOS

O DCRI concretizou os seis objetivos propostos para o ano de 2018, superando ou atingindo os oito indicadores que os consubstanciavam, sendo de destacar os seguintes resultados:

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	3,4%	6	8	3 (38%)	5 (63%)	0 (0%)

DESTAQUES

Relações Internacionais e Cooperação No ano de 2018, a atuação do GPEARl manteve-se alinhada com a defesa dos interesses nacionais ao nível da governação das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), bem como do relacionamento com países terceiros, em linha não apenas com os objetivos das políticas externa e de cooperação, assim com o desígnio de promover a internacionalização das empresas e consultores nacionais e o financiamento da economia portuguesa por via das Instituições Financeiras Europeias e Internacionais.

Instituições Financeiras Europeias e Internacionais (IFEI) O ano de 2018 foi marcado por uma dinâmica de exploração de diversas avenidas de colaboração com um vasto conjunto de instituições multilaterais, sendo exetáveis no longo prazo benefícios ao nível da internacionalização das empresas e, por consequência, do nível de retorno para a economia nacional.

Nos dias 29 e 30 de janeiro, Lisboa recebeu a Reunião Informal Consultiva do Presidente do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com os Países Membros Não Regionais, no decurso da qual foram debatidos, no seio deste grupo de acionistas, temas de importância estratégica para a organização.

Destaca-se ainda, à margem deste evento, o reforço da cooperação bilateral entre a instituição e Portugal em duas áreas que têm vindo a assumir um lugar cimeiro na agenda de apoio do Grupo BID aos países da América Latina e Caraíbas e nas quais Portugal tem reconhecido valor acrescentado e expertise para partilhar - modernização administrativa e *e-government* e Parcerias Público-Privadas (PPP). Este último foi, de resto, o mote para a realização de um seminário subordinado ao tema do papel das várias Instituições Financeiras Internacionais em matéria de PPP, o qual juntou representantes de diversas IFI (BID, Banco Mundial, BERD, BEI e BAfD) e entidades públicas e privadas ligadas ao desenvolvimento e gestão de PPP, com o objetivo de promover a expertise nacional em PPP junto da audiência (nomeadamente pela apresentação de casos de sucesso de PPP portuguesas) e “fazer a ponte” entre os especialistas nacionais e estas instituições, abrindo a porta a eventuais oportunidades de consultoria.

No que concerne ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), foi iniciada a operacionalização do Compacto para os Países Lusófonos, ideia lançada aquando da realização, em Lisboa, no final de 2017, de uma mesa redonda sobre investimento português em África. Esta iniciativa visa, assim, o desenvolvimento do setor privado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e, simultaneamente, o apoio ao investimento português nestes países, mediante a utilização de instrumentos de fomento ao investimento (*credit enhancement*), mitigação e partilha de risco, bem como o recurso a assistência técnica a fim de gerar projetos bancáveis. Na sequência da assinatura de uma Declaração de Intenções, à margem da Cimeira da CPLP, e de longos meses de trabalho técnico, que envolveu a deslocação de uma equipa técnica do BAfD para avaliar os instrumentos a disponibilizar por Portugal neste contexto, foi assinado em Joanesburgo, em novembro de 2018, o Memorando de Entendimento do Compacto para o Financiamento do Desenvolvimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A cerimónia decorreu à margem da sessão inaugural do *Africa Investment Forum*, uma plataforma de *matchmaking* para promoção do investimento em África, à luz do interesse de que se revestia promover a ligação entre as duas iniciativas. A este respeito, importa ainda destacar a organização de um *roadshow* de divulgação do AIF junto de empresas e potenciais investidores nacionais pelo GT das Multilaterais, em Lisboa, em setembro de 2018.

Ainda no âmbito do relacionamento com o BAfD, destaque para a elaboração de um artigo do Ministro das Finanças e Governador por Portugal na instituição, incluído numa publicação distribuída por ocasião da Reunião Anual do Grupo, no qual é feita referência ao potencial do investimento em inovação e indústria enquanto motor de crescimento económico e do emprego dos países africanos.

No âmbito do reforço da cooperação bilateral entre Portugal e as IFI, importa ainda destacar os esforços levados a cabo com o Grupo do Banco Mundial. De facto, esta possibilidade tem vindo a ser debatida no sentido de capitalizar a experiência e expertise nacionais em temas como a modernização do Estado, água e saneamento, energias renováveis, educação/formação e ensino superior, área financeira/fiscal e gestão macroeconómica, entre outras, ao serviço dos objetivos do Grupo do BM. Este tema esteve, assim, na ordem do dia em diversos encontros bilaterais, preparados pelo GPEARI, de membros do Executivo português e elementos da Direção do Grupo desde o início do ano.

Destaque ainda para a formalização da participação de Portugal no quinto aumento de capital do Banco Asiático de Desenvolvimento (processo pendente desde 2011), no montante total de USD 11,2 milhões, que permitiu a Portugal manter a sua quota acionista na instituição e, assim, manter o nível de representatividade no seio do Conselho de Administração até 2038.

Em matéria de relacionamento institucional de Portugal com o Banco Europeu de Investimento (BEI), importa salientar que a Subdiretora-Geral do GPEARI assumiu a posição de Administradora Suplente no Conselho de Administração da instituição, em representação de Portugal e Espanha, tendo permitido, desta forma, uma maior influência do Gabinete nesta instituição e uma maior proximidade às temáticas aí discutidas.

Ao longo de 2018, foram aprovadas, pelo BEI, operações de financiamento em território nacional no montante de EUR 1,39 mil milhões. Em particular, é de destacar o lançamento, em junho, de uma linha de crédito no valor de EUR 250 milhões, para financiamento de investimentos dos municípios portugueses e, em particular para financiar a contrapartida nacional de investimentos prioritários aprovados ao abrigo do referido Programa. Esta linha constitui a primeira parcela de um empréstimo do BEI, no valor global de EUR 750 milhões de euros, destinado a apoiar investimentos definidos no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020.

No âmbito do Plano de Investimento para a Europa (“Plano Juncker”), as operações em Portugal (cumulativamente) ascendem a EUR 2,86 mil milhões, o que permitiu que Portugal se mantivesse como um dos maiores beneficiários desta iniciativa em proporção do PIB nacional.

Também no Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB) - em cujo Conselho de Administração a posição de Administrador e Administrador Suplentes são ocupadas pelo Diretor-Geral e pela Subdiretora-Geral do GPEARI, respetivamente - se registou um dinamismo expressivo em matéria de financiamento a projetos em Portugal, sendo de destacar (i) um financiamento de até EUR 100 milhões à Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), destinado a suportar 50% do seu programa que visa apoiar o acesso ao financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, para fomento do seu crescimento, sustentabilidade, eficiência energética e criação de emprego e (ii) um financiamento concedido à Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), no valor de EUR 45 milhões, para financiar em 90% a instalação de painéis solares flutuantes, com o objetivo de reduzir os encargos energéticos e a pegada ecológica dos sistemas de irrigação.

De sublinhar, igualmente, que (i) foram contratualizados, em abril de 2018, empréstimos do BEI, no montante de EUR 200 milhões, e do CEB, no montante de EUR 80 milhões, para financiamento de projetos de modernização e ampliação das infraestruturas de regadio em Portugal, em apoio do Programa Nacional de Regadios; e (ii) em maio, foi assinado o Protocolo de Cooperação entre a AICEP e o IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, instrumento que agrupa várias fontes de financiamento, entre as quais dotações do BEI e do CEB.

O ano de 2018 foi o primeiro ano de implementação do Plano Estratégico do MAMM para o triénio 2018-2020, o qual visa potenciar um maior retorno para a economia nacional da participação nas multilaterais, bem como consolidar e expandir a rede de promoção, informação e contacto no âmbito das multilaterais.

O GT Multilaterais organizou, em 2018, 18 ações com representantes das multilaterais em Portugal (em particular seminários e encontros bilaterais), acrescentando a estas mais 23 iniciativas promovidas pelos parceiros do Mecanismo, abrangendo um total de 960 participantes e com um nível de satisfação médio de 84%. De destacar o suporte mais personalizado realizado aos agentes nacionais, por parte do GT Multilaterais, bem como a introdução crescente de uma componente mais prática de capacitação.

Em termos de disseminação de informação, é de salientar, na edição da revista BOW, da AEP, subordinada ao tema “*As multilaterais e a internacionalização*”, a publicação de um artigo sobre “*O papel ativo do Ministério das Finanças como promotor de um maior retorno financeiro da presença de Portugal nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento*”, da autoria do Diretor-Geral do GPEARI.

Relacionamento institucional com países estratégicos para Portugal Neste domínio, manteve-se a forte dinâmica de apoio à preparação de conteúdos para diversos encontros de alto nível, desde Cimeiras, Comissões Mistas e Grupos de Trabalho Bilaterais até reuniões de Membros do Governo com representantes de países estratégicos para Portugal, na perspetiva de dar continuidade ao processo de internacionalização da economia portuguesa, entre outros aspetos relevantes. Neste domínio, merece destaque a preparação e/ou participação em

reuniões com autoridades de países das mais diversas geografias, com destaque para: Angola, Argélia, Argentina, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, Colômbia, Costa do Marfim, Cuba, Estados Unidos da América, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique, Panamá, Paraguai, Roménia, São Tomé e Príncipe, Tunísia, Turquia e Uruguai.

Cooperação Técnica ao nível da gestão das finanças públicas À semelhança do que tem sucedido em anos anteriores, o GPEARl manteve o acompanhamento regular da implementação do Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica (ACE) com São Tomé e Príncipe, atendendo ao carácter estruturante que ambos os instrumentos têm no quadro do relacionamento bilateral com os referidos países. Neste particular, constata-se que quer o ACC, quer o ACE continuam a contribuir para a estabilização macroeconómica e para o fomento das relações económicas e financeiras daqueles países com Portugal e com a União Europeia.

Em 2018, destaque particular para a celebração dos 20 anos do ACC entre Portugal e Cabo Verde, apontado por diversos observadores como um caso de sucesso e como dando um contributo significativo para o reforço da estabilidade macroeconómica e da confiança na economia cabo-verdiana. Os 20 anos foram celebrados com uma Conferência Comemorativa, a qual teve lugar na Cidade da Praia, a 14 de setembro de 2018 e visou lançar um debate sobre “*O Regime Cambial em Cabo Verde – Situação Atual e Desafios*” e “*Vias de Aprofundamento do Acordo de Cooperação Cambial*”. Portugal fez-se representar pelo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, tendo o evento contado ainda com a participação do Diretor-Geral do GPEARl, na qualidade de coordenador da Comissão de Acompanhamento do Acordo (COMACC).

No âmbito da cooperação técnica com São Tomé e Príncipe, o ano foi igualmente marcado pela continuidade do apoio no processo de implementação do IVA, com a concretização de diversas ações de esclarecimento, apoio na elaboração da Lei de base e uma ação de formação de formadores para os novos técnicos da Direção de Impostos.

Em 2018, foram relançadas as bases para o reforço da colaboração entre Portugal e Angola em matéria de cooperação fiscal e técnica no domínio das finanças públicas. Nesta sequência, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre os Ministérios das Finanças dos dois países na área da Gestão da Dívida e teve lugar a primeira reunião do Observatório dos Investimentos angolanos em Portugal e portugueses em Angola, no decurso da última visita oficial a Portugal do Presidente angolano, em novembro de 2018. A agenda desta reunião incluiu a análise da evolução dos fluxos bilaterais de investimento, do enquadramento legal, das políticas e incentivos ao investimento estrangeiro vigentes nos dois países, dos projetos em curso e respetivos constrangimentos e das propostas de melhoria para incremento do investimento recíproco.

Relativamente ao Programa Integrado de Parceria e Assistência Técnica na área das Finanças Públicas com Timor-Leste, iniciaram-se as negociações tendo em vista a extensão do Protocolo de Cooperação.

Apesar dos condicionamentos decorrentes do exigente contexto orçamental para a criação de novos Programas Integrados de Assistência Técnica na área das Finanças Públicas, foi possível manter algum dinamismo ao nível da cooperação técnica com os vários PALOP, tendo o GPEARl coordenado cerca de 10 ações de assistência técnica e formação, no apoio à implementação de reformas estruturais, as quais foram ministradas por diferentes Direções-Gerais do Ministério das Finanças, em diversos domínios (tributário, aduaneiro, orçamental, entre outros), algumas das quais financiadas por IFI.

Por último, importa salientar a promoção de uma política de cooperação estruturante com os países de língua portuguesa concretizada também por via de ações no âmbito da CPLP, este ano assente na continuidade dos Programas de Assistência Técnica na área Aduaneira e da Inspeção.

DADO | DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

ÁREAS DE INTERVENÇÃO

- Criação e difusão de instrumentos de planeamento, programação financeira e de avaliação de políticas e programas do Ministério das Finanças
- Monitorização e avaliação de políticas públicas e programas do MF
- Avaliação do Desempenho dos Organismos do Ministério das Finanças e participação no Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e Grupo de Trabalho do CCAS
- Coordenação no MF da Política para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação
- Monitorização e acompanhamento do Programa “Pagar a Tempo e Horas”
- Coordenação do processo de planeamento do GPEARI e controlo de gestão
- Gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, em articulação com a Secretaria-Geral, no âmbito dos serviços partilhados
- Gestão das Tecnologias de Informação e Comunicação, parque informático e Sistemas de Informação - gestão documental e assiduidade.

RESULTADOS

Para 2018 o DADO sintetizou a sua atividade num conjunto de oito objetivos, traduzidos em dez indicadores, tendo superado um atingido os restantes. Com efeito, concretizou todos os objetivos propostos para o ano de 2018, sendo de destacar os seguintes resultados:

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	1,5%	8	10	1 (10%)	9 (90%)	0 (0%)

DESTAQUES

(Re)construção da identidade corporativa do GPEARI Durante o ano de 2018 foram dados grandes passos na execução deste projeto: i) foi trabalhada a nova imagem e logótipo do GPEARI, tendo sido desenvolvido todo o trabalho conceptual e de desenho da nova imagética. Foram definidos os termos de referência e alinhados os produtos e suportes com a nova imagem; ii) foram desenvolvidos os procedimentos para a escolha do parceiro com vista à implementação do Portal do GPEARI; iii) foi submetida uma candidatura ao SAMA2020 (Aviso

n.º1/SAMA2020/2018), no âmbito do sistema de apoio à transformação digital da Administração Pública, com o projeto – SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades, que visa implementar um conjunto de melhorias na gestão dos processos, bem como a desmaterialização integral dos processos administrativos, o arquivo digital, a definição do plano de preservação digital, o cumprimento do regulamento geral de proteção de dados, a par de um estudo piloto para implementação de um balcão único de prestação de serviços às empresas na ótica da internacionalização, promovendo a aproximação das oportunidades de negócio e possibilidades de financiamento para empresas nacionais. A candidatura obteve decisão favorável, sem revisões de âmbito ou de carácter financeiro, representado um incentivo de 161.873,71€, em fundos comunitários.

Avaliação de Serviços No âmbito do SIADAP foram mantidos os processos de acompanhamento e validação dos instrumentos de gestão dos serviços do Ministério das Finanças, com especial destaque para o lançamento do ciclo de gestão de 2019. Decorrente das imposições previstas na Lei do Orçamento de Estado foram definidas orientações transversais a todos os Ministérios, no sentido de serem integrados nos QUAR dos serviços o acompanhamento das valorizações remuneratórias e a perspetiva de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

Foram ainda iniciados os trabalhos para a revisão dos instrumentos de gestão, com vista à simplificação e centralização do dispositivo legal neste domínio, com objetivo de dispor de um conjunto de ferramentas estratégicas e operacionais para todas as fases do ciclo de gestão.

Monitorização e acompanhamento do Programa “Pagar a Tempo e Horas” No âmbito do acompanhamento dos Prazos Médios de Pagamento (PMP) foi revisto o calendário de prestação da informação de base, circunstanciado pela necessidade de reportes adicionais à Comissão Europeia. Neste sentido, foram acordados com todos os organismos, responsáveis pela recolha e aferição da informação relativa às dívidas a fornecedores e aquisições, os novos prazos de reporte, tendo sido cumpridos durante o ano de 2018.

Desenvolvimento Organizacional A integração dos 14 técnicos superiores admitidos em 2017 manteve-se como um claro desafio durante o ano de 2018. A par da gestão diária e acompanhamento do trabalho regular dos técnicos foi desenvolvido o Curso de Formação específico, exigido para o ingresso na carreira de Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas. Este curso, coordenado pelo DADO, implicou a conceptualização do programa, a definição do calendário e logística do curso, bem como os procedimentos exigidos em termos de constituição do *dossier* de formação. Exigiu também, a realização da prova de conhecimento, e a formalização dos processos de conclusão dos períodos experimentais.

Continuou-se o desenvolvimento das ferramentas de gestão das pessoas, designadamente melhorias no sistema de gestão da assiduidade, definiram-se as bases para o plano de comunicação interna e continuou-se a implementação das medidas do Plano de Melhorias, que resultaram da auscultação aos colaboradores.

Recursos, organização interna e controlo de gestão Foram aprofundados os procedimentos internos para acomodação ao modelo gestão de partilha de serviços do Ministério, criando ainda as bases para a migração para a nova plataforma fornecida pela SHGMF, totalmente desmaterializada. Este processo levou ao reengenharia de alguns processos internos e à necessidade de investimento na capacitação da equipa neste domínio.

Continuou-se também o processo de melhoria dos procedimentos de controlo de gestão, mantendo-se o foco na eficiência da despesa, principalmente no que respeita a deslocações e estadas, que exigiu sucessivos processos de revisão e consumo de papel e impressão. No domínio do controlo de gestão foi ainda acompanhado o processo de revalorizações remuneratórias com reportes periódicos.

Ainda no domínio da gestão, foram desenvolvidos esforços com vista à transição para o novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), apostando na capacitação da equipa, e na elaboração de procedimentos necessários à adoção do novo sistema, designadamente através da melhoria dos processos internos de controlo do economato, imobilizado e fornecedores.

Adoção do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) Foram implementadas medidas internas com vista ao cumprimento das orientações previstas no regulamento e foram consultadas as listas de envio de publicações, comunicações e *newsletter*. Esta problemática encontra-se circunstanciada no âmbito do projeto SIPA, no sentido de serem implementadas, igualmente, as medidas previstas no sistema de gestão documental.

TASK FORCE PPS-PPM | EQUIPA DE ACOMPANHAMENTO DO PPS-PPM⁹**ÁREAS DE INTERVENÇÃO**

- Coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal

RESULTADOS

A *Task Force* PPS-PPM concretizou todos os objetivos propostos para o ano de 2018, sendo de destacar os seguintes resultados:

TAXA DE EXECUÇÃO	ATIVIDADES EXTRA-PLANO	OBJETIVOS	INDICADORES			
			N.º	SUPERADOS	ATINGIDOS	NÃO ATINGIDOS
100%	44%	2	4	2 (50%)	2 (50%)	0 (0%)

Destaques

Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal e outras missões regulares No que concerne ao acompanhamento do período Pós-Programa de Assistência Económica e Financeira, o GPEARI, enquanto entidade à qual está legalmente atribuída a coordenação deste processo, garantiu a permanente articulação com os diversos ministérios e entidades nacionais e a interlocução com as instituições internacionais, assegurando, assim, a realização das diversas missões e o cumprimento do *Agreement on Data Provision* firmado com aquelas instituições. No decurso do ano realizaram-se duas missões técnicas a Portugal, em junho e novembro, cuja organização e coordenação nacional foram igualmente asseguradas pelo GPEARI. A missão de junho foi exclusivamente da Comissão Europeia (*PPS-Post-Programme Surveillance*), dado que o Fundo Monetário Internacional passou as suas missões (*PPM-Post-Programme Monitoring*) para uma periodicidade anual. Há igualmente a referir que com o pagamento antecipado de Portugal da sua dívida ao Fundo, esta instituição deixa de realizar as missões PPM ao nosso país.

O GPEARI garantiu igualmente as missões regulares das instituições europeias e internacionais. Assim, tiveram lugar a missão no âmbito do Artigo IV do FMI no mês de maio e a missão da Comissão Europeia referente ao Semestre Europeu no mês outubro.

⁹ Com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, e da nova estrutura nuclear, através da Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, as responsabilidades de coordenação relativas às missões PPM-PPS e outras missões regulares, no âmbito dos processos de governação e supervisão europeia e da participação em instituições internacionais, passaram a estar acometidas ao Departamento de Política e Governação Europeia (Departamento de Política Europeia, na anterior orgânica).

Há a referir que com a normalização da situação de Portugal, as missões regulares decorrentes da participação do nosso país no âmbito dos processos de supervisão europeus e em instituições internacionais distanciam-se das missões de supervisão pós-programa. Sendo tal muito positivo para Portugal, este facto intensifica as responsabilidades do GPEARI, uma vez que se mantém a necessidade de coordenação num número maior de missões.

Há ainda a referir que durante 2018, decorreu nos meses de julho e novembro a Missão da OCDE para elaboração do *Survey* de Portugal, o qual foi publicado em fevereiro de 2019, e cujos trabalhos foram igualmente coordenados pelo GPEARI. Ainda neste âmbito e em dezembro de 2018, o GPEARI acompanhou a delegação portuguesa a Paris, onde se realizou a reunião do Economic Development Review Committee para discussão do *Survey* de Portugal.

3.7. Recursos Humanos

No mapa de pessoal para 2018 estavam previstos 77 lugares, tendo o GPEARI, a 31 de dezembro, 65 colaboradores em exercício de funções, onde se inclui o pessoal em regime de mobilidade (seis técnicos superiores e três assistentes técnicos) e em cedência de interesse público (um dirigente e cinco técnicos superiores).

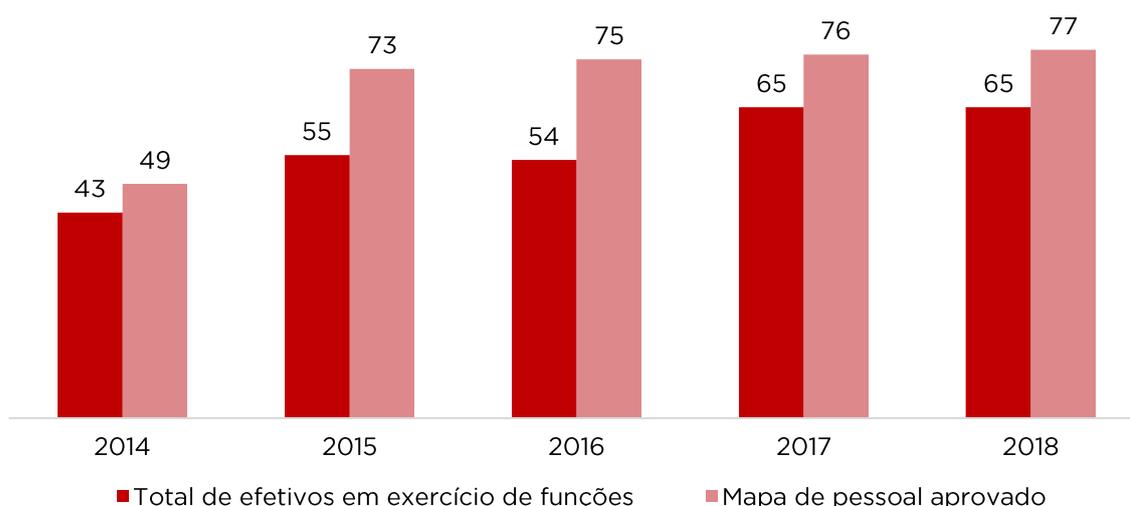
Os lugares previstos e ocupados no mapa de pessoal estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 2. Mapa de pessoal para 2018 – lugares previstos e ocupados

DESIGNAÇÃO	Lugares Previstos	Colaboradores a 31 de dezembro	Taxa de Execução
Dirigentes - Direção superior	3	3	100%
Dirigentes - Direção intermédia	15	12	80%
Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas*	49	42	86%
Coordenador Técnico	1	1	100%
Técnico de Informática	4	3	75%
Assistente Técnico	4	3	75%
Assistente Operacional	1	1	100%
Total	77	65	84%

*Inclui 6 técnicos superiores em mobilidade, 5 em regime de ACIP (acordo de cedência de interesse público) e 1 perito destacado

Gráfico 7. Mapa de pessoal e efetivos em exercício de funções – 2014 a 2018



As dificuldades de recrutamento no universo da administração pública não se têm atenuado, não tendo sido possível preencher a totalidade dos lugares previstos no mapa de pessoal.

Em termos de indicadores gerais, o pessoal em exercício de funções no GPEARI, em 2018, apresentava a seguinte caracterização:

- Média etária baixa: 41 anos (40,5), não existindo grandes disparidades entre a média etária dos homens (40 anos) e das mulheres (41 anos), sendo um valor inferior à média da Administração Pública (47 anos - segundo o Boletim Estatístico do Emprego Público nº 18/2018);
- Género: existe um ligeiro predomínio do sexo feminino. A taxa de feminização é de 58%, tendo sofrido um ligeiro aumento face à taxa registada em 2017 e 2016 (54%). O cenário é semelhante no grupo dos dirigentes intermédios onde a taxa de feminização é de 58%.
- Elevada taxa de habilitação superior: 88% dos trabalhadores do GPEARI possuíam habilitações académicas de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), consideravelmente superior à média da Administração Central (cujas valor mais recente disponível é 52,5%, segundo o Boletim do Observatório do Emprego Público n.º18 de junho de 2018). A maior parte dos colaboradores do GPEARI são técnicos superiores (Índice de tecnicidade de 65%);
- Absentismo: verificou-se um acréscimo na taxa de absentismo dos homens de 1% em 2017 para 6% em 2018 (a taxa das mulheres manteve-se em 4%). Este aumento é justificado sobretudo pelas 4 licenças de parentalidade que foram gozadas por colaboradores do GPEARI.
- Encargos com pessoal: as despesas com pessoal ascenderam a 2,02 milhões€, representando um aumento de 8% face aos encargos em 2017.
- Formação: em 2018 verificaram-se 53 participações em ações de formação num total de 3857 horas, sendo que em contexto de formação inicial de Técnicos Superiores Especialistas em Orçamento e Finanças Públicas foram dadas 3078 horas.

Informação adicional, relativa à área de recursos humanos, pode ser consultada na síntese do Balanço Social do GPEARI, disponível no Anexo 6 do presente relatório de atividades.

3.8. Recursos Financeiros

O orçamento global aprovado para o ano de 2018 ascendeu a 3,361 milhões €, à semelhança dos dois últimos anos.

Ao orçamento inicial foram aplicadas as normais restrições, decorrentes da Lei do Orçamento do Estado 2018 e do Decreto-Lei de Execução Orçamental 2018, que resultaram numa redução de 13,9% da dotação inicial, cifrando-se o orçamento disponível, líquido de cativos, em 2,90 milhões €, dos quais se executaram 2,74 milhões de €.

Quadro 3. Recursos Financeiros em 2018

	Orçamento aprovado	Orçamento Corrigido	Execução	
Orçamento de Funcionamento - Geral	€ 2 645 842,00	€ 2 702 111,00	€ 2 247 042,16	83,2%
Orçamento de Funcionamento - Cooperação	€ 715 276,00	€ 646 907,00	€ 492 795,47	76,2%
TOTAL	€ 3 361 118,00	€ 3 349 018,00	€ 2 739 837,63	81,8%

Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 02.04.2019

Relativamente ao orçamento de Funcionamento - Geral, o executado ascendeu a 2,247 milhões €, salientando-se o peso das despesas com o pessoal (90%), seguido de aquisição de bens e serviços (8%) e Investimento (2%).

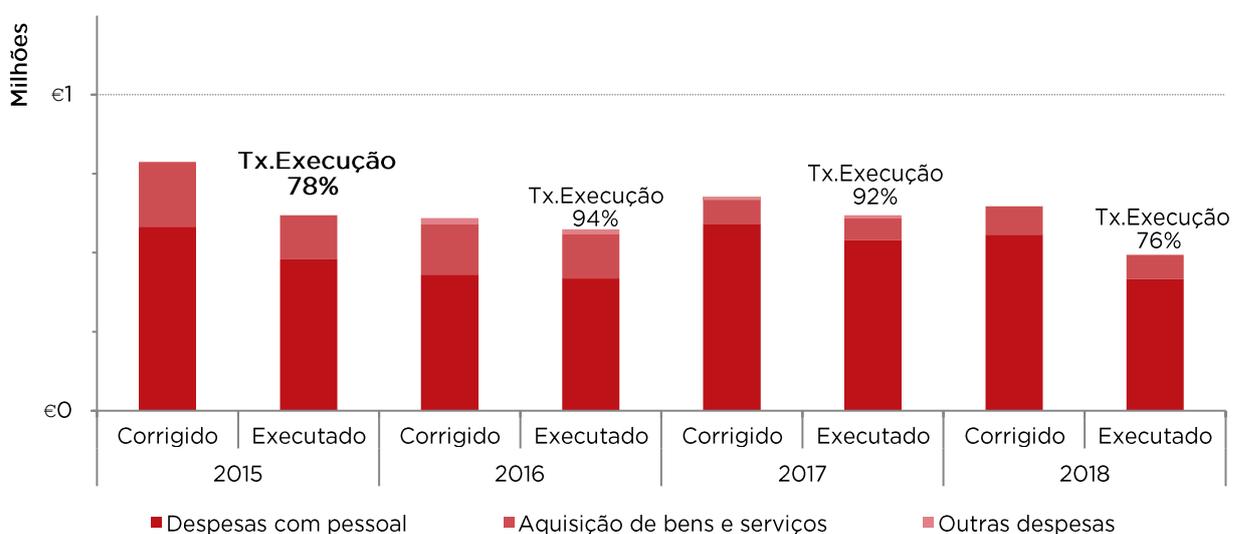
Do orçamento de Funcionamento - Cooperação, foram executados 0,492 milhões €, dos quais 85% relativos a despesas com o pessoal e 15% referentes à aquisição de bens e serviços, maioritariamente relativos a deslocações e estadas. No Anexo 5 constam os mapas relativos à execução orçamental.

Gráfico 8. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Geral por rubricas



Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 02.04.2019

Gráfico 9. Evolução do Orçamento do GPEARI – Funcionamento - Cooperação por rubricas



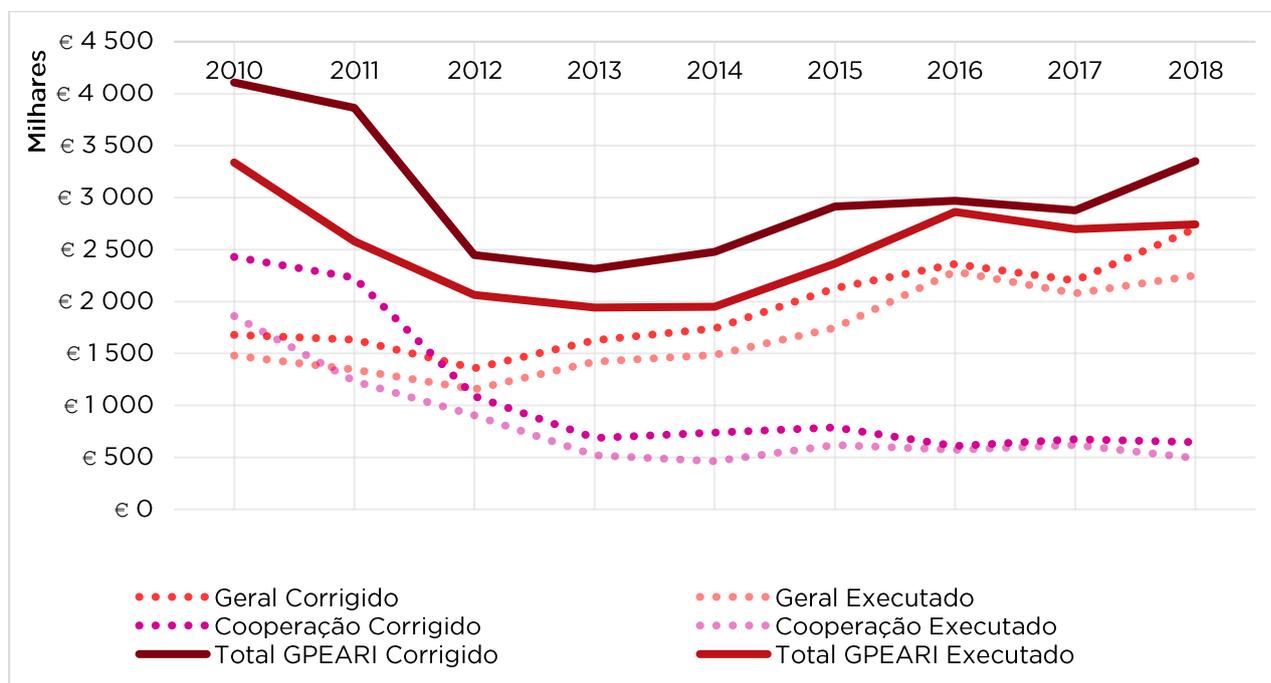
Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 02.04.2019

Quadro 4. Evolução do Orçamento do GPEARI

	2015		2016		2017		2018	
	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado	Corrigido	Executado
Funcionamento - Geral	€ 2.127.179	€ 1.746.159	€ 2.361.061	€ 2.288.416	€ 2.202.660	€ 2.077.640	€ 2.702.111	€ 2.247.042
Funcionamento - Cooperação	€ 788.191	€ 618.196	€ 609.755	€ 574.055	€ 676.103	€ 618.316	€ 646.907	€ 492.795
TOTAL	€ 2.915.370	€ 2.364.355	€ 2.970.816	€ 2.862.471	€ 2.878.763	€ 2.695.955	€ 3.349.018	€ 2.739.838

A evolução do orçamento do GPEARI evidencia que, após um decréscimo de 41,8% no orçamento executado de 2013 quando comparado com o executado em 2010 (-22,7% em 2011, -20,1% em 2012 e -5,8 em 2013), se assistiu a uma recuperação dos valores executados entre os anos de 2014 e 2016 (0,4% em 2014, 21,7% em 2015 e 21,1% em 2016). Em 2017 voltou a observar-se um decréscimo na execução (-5,8) e em 2018 a execução foi apenas 1,7% superior à do ano anterior. O valor executado em 2018 é 17,8% inferior ao executado em 2010.

Gráfico 10. Evolução do Orçamento corrigido e executado do GPEARI



3.9. Menção proposta resultante da autoavaliação

O GPEARI para o ano de 2018 comprometeu-se a desenvolver e implementar um conjunto de sete objetivos operacionais, que materializam a sua estratégia e traduzem as suas prioridades de atuação. Destes objetivos, um diz respeito ao parâmetro da qualidade, um de eficiência e cinco de eficácia, tendo sido três superados.

A execução do QUAR de 2018 mostra um resultado global de cerca de 2 p.p. acima do planeado (taxa de realização do QUAR de 102,4%), o que reflete o esforço crescente na prossecução dos objetivos propostos, embora num contexto de grande exigência decorrente do desenvolvimento das atribuições que lhe foram cometidas mais recentemente.

Na perspetiva dos recursos humanos, embora os técnicos recrutados em 2017 tenham vindo mitigar a manifesta carência de recursos especializados, durante o ano de 2018 ainda estavam em processo de formação e acompanhamento com impacto na organização funcional e operacional do GPEARI. Paralelamente, verificou-se um conjunto de saídas - por comissões de serviço, mobilidade e aposentação - que voltaram a desequilibrar o mapa de pessoal.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, e atendendo aos resultados apresentados propõe-se que a menção a atribuir como resultado da autoavaliação do desempenho seja de “*Desempenho Bom*”.

4. PERSPETIVA DE GÉNERO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, aprovou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual» (ENIND). A ENIND marca um novo ciclo programático que se iniciou em 2018, definindo grandes metas de ação global e estrutural até 2030, para a consecução da igualdade e da não discriminação. Em termos operacionais, encontra-se estruturada através de 3 Planos de Ação onde estão definidas medidas concretas a desenvolver até 2021, nomeadamente: o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (IMH); o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (VMVD); o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (OIEC).

Neste contexto, o GPEARI assegurou a representação do MF na totalidade das reuniões da Comissão de Acompanhamento da ENIND, das Comissões Técnicas de Acompanhamento de cada Plano de Ação e das reuniões do Conselho Consultivo da CIG.

No âmbito da medida 1.4.2. “Inclusão de objetivos de promoção da IMH no âmbito do SIADAP” do PAIMH, o GPEARI prestou apoio técnico na definição da implementação do artigo 25º da Lei do Orçamento do Estado para 2019, onde se prevê a inscrição de pelo menos um objetivo que favoreça a conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores, tendo monitorizado e apoiado a sua implementação no Ministério das Finanças e nos restantes ministérios.

O GPEARI assegurou ainda a resposta a todas as solicitações de dados apresentadas pela CIG, nomeadamente:

- Monitorização da implementação da Lei n.º 62/2017, que regulamenta o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, fornecendo informação sobre existência de planos para a igualdade e representação de equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial, cuja resposta foi articulada com a DGAEP e DGTF;
- Informação relativa a queixas de discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços em cada um dos serviços do MF, no âmbito da monitorização da Lei n.º 14/2008, de 12 de março.

A propósito do fecho e balanço do ciclo anterior, foi elaborado e enviado à CIG o relatório de execução das medidas a cargo do Ministério das Finanças no V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação 2014 -2017 (V PNI) e foi apresentada a resposta ao Inquérito para a avaliação externa do V PNI.

Para além disso, o GPEARI prestou contributos que relevam da área de competências do MF para efeitos de elaboração do Relatório Anual de Atividades da Comissão Nacional para os Direitos Humanos em 2018 e de elaboração do Plano de Atividades da referida Comissão para 2019.

A nível interno, foi implementada uma boa prática no âmbito dos questionários de satisfação dos colaboradores e dos utilizadores, tendo sido adicionada a opção de identificar o sexo do respondente.

5. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, no seu artigo 40º veio impor a obrigatoriedade de integrar nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação, bem como de avaliar a sua aplicação em cada ano e a previsão das poupanças associadas a tais medidas.

O GPEARI tem vindo a desenvolver esforços neste âmbito, no sentido da adoção de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental, designadamente, na potenciação das funcionalidades do sistema de gestão documental que vem permitindo a desmaterialização de alguns procedimentos, garantindo a rastreabilidade da documentação.

Foram iniciados os trabalhos de revisão do sistema de gestão do economato. A reorganização dos procedimentos relativos à gestão de material irá permitir agilizar as requisições e melhorar a eficiência no controlo dos stocks, potenciando benefícios como o rigor e a *accountability* da gestão do economato.

Também se iniciaram os trabalhos de desenvolvimento do Manual de Controlo Interno do GPEARI, tendo como objetivo melhor definir e solidificar as políticas internas de gestão do risco. A melhoria nas atividades de controlo, avaliação, monitorização, informação e comunicação trará ganhos de eficácia e de eficiência ao desempenho do GPEARI, enquadrando-se nas mais recentes orientações de racionalização e controlo da despesa, maior simplificação e modernização administrativa, desmaterialização de processos, sem nunca descuidar a legalidade e qualidade dos processos.

A Resolução de Conselho de Ministros nº 51/2017, de 19 de abril, veio enquadrar a adoção de medidas que contribuam para a racionalização e controlo da despesa, num quadro de maior simplificação e modernização administrativa, de desmaterialização de processos e da promoção da redução do consumo de papel e demais consumíveis e meios relacionados com a impressão.

Neste contexto, na continuação dos esforços que o GPEARI tem desenvolvidos nos últimos anos, reforçou-se o incentivo à desmaterialização de processos, o aproveitamento das potencialidades do sistema de gestão documental e eletrónica e a adoção de orientações para uma política de impressão ambientalmente responsável. Assim, o GPEARI apresentou uma candidatura a financiamento do sistema de apoio à transformação digital da administração pública (SAMA2020) para o projeto “SIPA – Sistema Integrado de Processos e Atividades”. Este projeto assenta no desenvolvimento de 3 pilares:

- Renovação do Portal do GPEARI;
- Reengenharia da Gestão Documental;

- Criação do Balcão Único, um projeto piloto para facilitar a o acesso das empresas nacionais que se queiram internacionalizar às oportunidades de negócio e financiamento das IFI.
- Paralelamente, no âmbito do projeto GPEARl *Green*, que tem como objetivo a promoção de um consumo de papel consciente, eficiente e ambientalmente responsável, foram analisados os perfis de consumo de impressões, fotocópias e papel e foram adotadas medidas de divulgação e controlo de consumos específicas para a realidade do GPEARl.

6. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010 de 25 de junho, define que deve ser incluído no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional.

No que respeita à atividade do GPEARl durante o ano de 2018 não se verificou qualquer iniciativa de publicidade institucional a registar.

ANEXOS

A1. LISTA DE ACRÓNIMOS

ACC	Acordo de Cooperação Económica e Cambial
ACE	Acordo de Cooperação Económica
aicep Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ASEM	<i>Asia-Europe Meeting</i>
AWG	Grupo de Trabalho sobre o Envelhecimento da População
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAsD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CA	Conselho de Administração
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CEJUR	Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros
CG	Conselho de Governadores
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNDH	Comissão Nacional de Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBC	<i>European Banking Committee</i>
ECOFIN	Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>
EGBPI	<i>Commission Expert Group on Banking, Payments and Insurance</i>
EGDMI	<i>Commission Expert Group on Derivatives and Market Infrastructure</i>
EGESC	<i>Commission Expert Group of the European Securities Committee</i>

	EGMC	<i>Commission Expert Group on Mortgage Credit</i>
	EGRFS	<i>Expert Group on Retail Financial</i>
	EIOPC	<i>European Insurance and Occupational Pensions Committee</i>
	ESC	<i>European Securities Committee</i>
	ESM	<i>European Stability Mechanism</i>
	eSPap	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
	EWG	<i>Eurogroup Working Group</i>
	FEEF	Facilidade Europeia de Estabilidade Financeira
	FGP	Fórum Global para a Produtividade
	FMI	Fundo Monetário Internacional
	GAFI	Grupo de Ação Financeira Internacional
	GEE	Gabinete de Estratégias e Estudos do Ministério da Economia
	GT	Grupo de trabalho
GT CS Saúde		Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
GT FUESEN		Grupo de trabalho para a constituição de um ficheiro único de unidades estatísticas do Sistema Estatístico Nacional
	IGF	Inspeção-Geral de Finanças
	IFEI	Instituições Financeiras Europeias Internacionais
	IFI	Instituições Financeiras Internacionais
	INE	Instituto Nacional de Estatística
	LIME	<i>Lisbon Methodology Working Group</i>
	MAMM	Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais
	MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
	MF	Ministério das Finanças
	MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
	OMC	Organização Mundial do Comércio
	PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
	PC	<i>Payments Committee</i>
	PDE	Procedimento por Défices Excessivos
	PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
	PICAT	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica
PICATFin		Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
	PNI	Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação
	PPS-PPM	<i>Post-Programme Surveillance - Post-Program Monitoring</i>
	QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
	REPER	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
	SCIMF	<i>Sub-Committee on IMF Issues</i>
	SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
	SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

SOLVIT Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno

TFCA *Task Force on Coordinated Action*

TFUE Tratado de Funcionamento da União Europeia

TJUE Tribunal de Justiça da União Europeia

UTAO Unidade Técnica de Apoio Orçamental

UE União Europeia

A2. RESULTADOS SINTÉTICOS DOS QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO

1. COLABORADORES
2. UTILIZADORES E GABINETES MINISTERIAIS

SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES/AS

SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS **2018**



QUESTÕES COM MAIOR E MENOR PONTUAÇÃO

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> + EQUIPA ONDE ESTÁ INSERIDO/A + COMUNICAÇÃO COM A CHEFIA DIRETA + IGUALDADE DE TRATAMENTO NO GPEARI + CONTRIBUTO NA PROSECUÇÃO DA MISSÃO DO GPEARI + AMBIENTE DE TRABALHO | <ul style="list-style-type: none"> - AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS - POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - PROMOÇÃO DA MUDANÇA E A MODERNIZAÇÃO - ENVOLVIMENTO DOS/AS COLABORADORES/AS NA IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS DE MELHORIA - OPORTUNIDADES PARA DESENVOLVER NOVAS COMPETÊNCIAS |
|---|---|

SATISFAÇÃO COM ÁREAS DE APOIO



TEMPO DE RESPOSTA
QUALIDADE DA RESPOSTA
MELHOROU FACE A 2017
PIOROU FACE A 2017

SUGESTÕES/COMENTÁRIOS

Política de RH
 Planeamento
 Envolver trabalhadores/as
 Melhoria do site
Mais comunicação
 Limpeza das Instalações Avaliação SIADAP
 Maior partilha de informação
 Adequação da Estratégia

FONTE: QUESTIONÁRIO 23.01.2019

SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES/AS

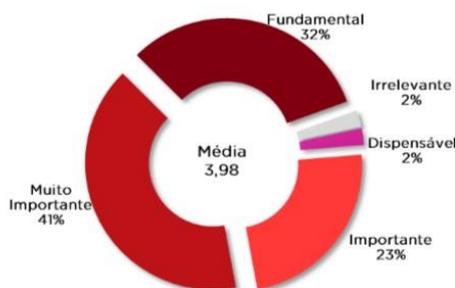
SÍNTESE DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

2018

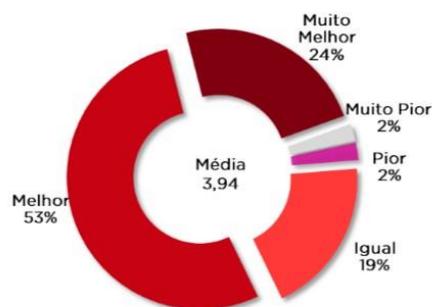


- QUESTÕES COM MAIOR E MENOR PONTUAÇÃO**
- CORTESIA DOS COLABORADORES
 - COMPETÊNCIA TÉCNICA DOS/AS COLABORADORES/AS
 - QUALIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA
 - DISPONIBILIDADE DOS/AS COLABORADORES PARA RESOLVER SITUAÇÕES IMPREVISTAS
 - TEMPO TOTAL DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES
 - FLEXIBILIDADE E AUTONOMIA ATRIBUÍDA AOS/AS COLABORADORES/AS PARA RESOLVER SITUAÇÕES DE RESPOSTA URGENTE
 - RECETIVIDADE A COMENTÁRIOS, SUGESTÕES E CRÍTICAS CONSTRUTIVAS
 - IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA PELO GPEARI NO TRABALHO DA SUA ORGANIZAÇÃO
 - MELHORIAS RECENTES NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

IMPACTO DO SERVIÇO/INFORMAÇÃO PRESTADA



COMPARADO COM OUTROS ORGANISMOS PÚBLICOS



SATISFAÇÃO DOS GABINETES MINISTERIAIS



FONTE: QUESTIONÁRIO 08.03.2019

31 | MARÇO | 2019

A3. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA

DPFP | Departamento de Políticas e Finanças Públicas

Unidade Orgânica DPFP														
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades		
OO1	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	50%	I1	Nº de documentos de política económica elaborados	[10;20]	35%	21	105,0%	✓	17,5%	17,5%	0,9%	A execução deste indicador decorreu de acordo com o previsto, tendo sido excedida a previsão inicial apenas no que respeita aos pedidos diversos do Gabinetes.	Elaboração de contributos, essencialmente, para o Programa de Estabilidade, Orçamento do Estado e Conta Geral do Estado. Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas e finanças públicas.
			I2	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[20;30]	35%	26	100,0%	✓	17,5%	17,5%	0%	Executado dentro do previsto.	Elaborar análises do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis orçamentais; Elaborar <i>policy papers</i> relacionados com a sustentabilidade das finanças públicas, direcionados para os decisores políticos do MF; Elaborar a previsão trimestral do défice das Administrações Públicas; Atualizar o Modelo Macroeconómico da Economia Portuguesa por subsector das Administrações Públicas e aprofundar as Projeções da Receita Fiscal.
			I3	Número de reuniões asseguradas	[55;65]	30%	68	104,6%	✓	15,0%	15,0%	0,7%	Executado dentro do previsto, com uma ligeira superação devido a reuniões diversas não previstas.	Preparar e participar em reuniões no âmbito das missões PPS/PPM, Artigo IV do FMI, Agências rating/Bancos de Investimento, OCDE, Banco de Portugal, Conselho das Finanças Públicas e Grupo de Trabalho das Administrações Públicas. Preparar e participar em reuniões de trabalho conjunto com o INE: GT C.S. Saúde, projeções da população e da responsabilidade do sistema de pensões (tabela 29 SEC2010).
OO2	Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económicas e de política orçamental).	15%	I4	Número de reuniões asseguradas	[4;8]	25%	5	100,0%	✓	3,8%	3,8%	0%	Executado dentro do previsto.	Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, AWG, Subcomité de Estatísticas do EFC e outras consideradas necessárias.
			I5	Nº de relatórios produzidos	[4;6]	75%	7	116,7%	✓	11,3%	11,3%	1,9%	Este indicador superou a previsão efetuada devido à elaboração de relatórios de cumprimento da Regra da Dívida no período de transição (pós-PDE) acima do previsto.	Elaborar a <i>country-fiche</i> de PT e a colaboração no Relatório do Envelhecimento da População (2018): metodologia e resultados.
OO3	Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	10%	I6	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[60;70]	100%	66	100,0%	✓	10,0%	10,0%	0%	Executado dentro do previsto.	Elaborar o Dossier Finanças Públicas e de Comparações Internacionais; Elaborar, em colaboração, o BMEP, o Dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development.
OO4	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	20%	I7	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5;98,5]	100%	90,3%	92,6%	✗	20,0%	18,5%	0%	Este indicador não foi atingido uma vez que 3 solicitações foram respondidas fora de prazo de um total de 31.	Elaborar documentos de apoio à definição da posição nacional no âmbito da governação orçamental europeia. Elaborar documentos diversos de apoio aos gabinetes ministeriais.
OO5	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I8	Grau de satisfação dos utilizadores do DPFP	[4;4,2]	60%	4,4	104,8%	✓	3,0%	3,0%	0,1%	Taxa de resposta: 2% Universo: 88 Resultado: 2017: 4 2016: 3,9	Da responsabilidade do DADO.
			I9	Formações/seminários finanças públicas assegurados	[15;25]	40%	18	100,0%	✓	2,0%	2,0%	0%	Executado dentro do previsto.	Realizar seminários na área das políticas e finanças públicas
Taxa de Execução Global									98,5%	3,6%				

DAEP | Departamento de Análise, Estudos e Previsão

Unidade Orgânica DAEP												
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	45%	I1	Nº de documentos de política económica elaborados em colaboração	[9;13]	35%	9	100%	15,8%	15,8%	0%	Execução dentro do previsto.	Elaboração de contributos para o Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado, Plano Nacional de Reformas Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas económico-financeiras
		I2	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[25;35]	35%	51	146%	15,8%	15,8%	7,2%	A execução ultrapassou a meta definida em 7%, devendo-se em grande parte ao n.º de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política no que respeita a seminários e ao modelo "Custa Quanto?" ter sido superior ao inicialmente previsto.	Elaboração de documentos de análise económica, de acordo com solicitações superiores ou por <i>motu proprio</i> . Elaboração de estudos e documentos de trabalho.
		I3	Número de reuniões asseguradas	[17;27]	30%	34	126%	13,5%	13,5%	3,5%	Foram garantidas mais reuniões do que o previsto, designadamente as referentes ao Artigo IV do FMI e ao PPS-PPM.	Preparar e participar em reuniões no âmbito da Troika, Artigo IV do FMI, Agências rating e Banco de Portugal Preparar e participar em reuniões no âmbito do Conselho Económico e Social e do CSE do INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN)
OO2 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	5%	I4	Número de reuniões asseguradas	[7;11]	100%	11	100%	5,0%	5,0%	0%	Execução dentro do previsto.	Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, LIME, previsões económicas
OO3 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	I5	Número de reuniões asseguradas	[3;7]	100%	6	100%	5,0%	5,0%	0%	Execução dentro do previsto.	Preparar reuniões da OCDE (Comité de Política Económica, Country Review, GT Nº1, GT Previsões Curto prazo) Forum da Produtividade
OO4 Garantir a disponibilização de informação estatística, macro-financeira e orçamental	15%	I6	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[274;334]	100%	310	100%	15,0%	15,0%	0%	Execução dentro do previsto.	Elaborar a síntese e diária de Indicadores de Conjuntura, Notas sobre Comércio Externo, Previsões das Instituições, Empréstimos e taxas de juro, nota económica de curto prazo e síntese de indicadores interna; Elaborar, em colaboração, o BMEP, o dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development;
OO5 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	25%	I7	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[0,975;0,995]	100%	100,0%	101%	25,0%	25,0%	0,1%	Todas as solicitações externas foram respondidas dentro do prazo fixado.	
OO6 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I8	Grau de satisfação dos utilizadores do DAEP	[4;4,2]	100%	4,2	100%	5,0%	5,0%	0%	Taxa de resposta: 3% Universo: 86 Resultados: 2017: 3,8 2016: 4,29	
Taxa de Execução Global								100,0%	10,8%			

DPE | Departamento de Política Europeia

Unidade Orgânica DPE												
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	45%	I1	Número de reuniões asseguradas	[125;155]	75%	155	100,0%	✓	33,8%	33,8%	0%	Executado dentro do previsto. * Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CPE, CEF, CEF Alternates, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa * Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho do CEF (SCMIF, etc) * ESM BoD, ESM BoG, ESM Technical meetings, ESM outras * Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (CIAE, Grupo de Trabalho sobre o Brexit, etc.)
		I2	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[25;35]	25%	45	128,6%	✓	11,3%	11,3%	3,2%	A meta foi ultrapassada devido à participação em reuniões em número superior ao previsto por via do maior envolvimento do Departamento nos trabalhos relativos às reuniões do Semestre Europeu. * Reuniões do PPS-PPM, Artigo IV do FMI
OO2 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	20%	I3	Número de reuniões asseguradas	[2;4]	100%	2	100,0%	✓	20,0%	20,0%	0%	Execução dentro do previsto. * Preparar reuniões da OCDE (Reunião Ministerial, Comité de Política Económica, Exames da OCDE)
OO3 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	30%	I4	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	99,1%	100,0%	✓	30,0%	30,0%	0%	Executado dentro do previsto. * Desenvolver trabalhos relativos à governance do FMI * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Estratégia Europa 2020 * Outros trabalhos (Balanço de PT na EU, Questões relacionadas com o euro, etc) * Responder a questionários OCDE sobre temas específicos e desenvolver outros trabalhos * Outros pedidos
OO4 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I5	Grau de satisfação dos utilizadores do DPE	[4;4,2]	100%	4,5	100,0%	✓	5,0%	5,0%	0%	Taxa de resposta: 3% Universo: 96 Resultados Anteriores: 2017: 4,00 2016: 4,06 2015: 4,00 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18
Taxa de Execução Global									100,0%	3,2%		

DMSPL | Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa

Unidade Orgânica DMSPL												
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)	45%	I1	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[75;105]	40%	113	108%	18,0%	18,0%	1,4%	A meta foi superada uma vez que foram asseguradas mais reuniões PPS - PPM do que as previstas.	* Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CEF, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa *Preparar e/ou representar o MF nas reuniões da CIAE e CIPE
		I2	Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[285;345]	60%	306	100%	27,0%	27,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	* Preparar e/ou representar o MF em reuniões de Grupos de Trabalho e Comités da UE na área financeira (Task Force on Coordinated Action, Financial Services Committee, L2 Committees, Expert groups, Grupo Serviços Financeiros, workshops de transposição, grupos ad-hoc, etc.) * Preparar e/ou representar o MF em reuniões internacionais (ASEM, OMC, TJUE, etc.) * Preparar e/ou representar o MF em reuniões nacionais (Comissão BC/FT, CNDH, reuniões MNE e MF)
OO2 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	I3	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[1;3]	20%	2	100%	1,0%	1,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	*Preparar Reunião Ministerial, etc.
		I4	Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[2;6]	80%	4	100%	4,0%	4,0%	0%	Executado de acordo com o planeado.	* Representar o MF no Comité dos Mercados Financeiros e no Advisory Task Force on the Codes
OO3 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	45%	I5	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	100,0%	101%	45,0%	45,0%	0,2%	Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo fixado, tendo-se superado a meta estabelecida.	* Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito do Mercado Interno Europeu (estratégia para o mercado interno, mercados e serviços financeiros, direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade, questões aduaneiras, auxílios do Estado, etc.) *Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Externa Europeia (Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, ACP, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente), etc.) *Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Legislativa Europeia (contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação da legislação da UE na ordem jurídica interna, sanções financeiras internacionais e combate ao financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais, convenções e protocolos, etc.) *Outros trabalhos (Balanço de PT na UE, etc.)
OO4 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I6	Grau de satisfação dos utilizadores do DMSPL	[4;4,2]	100%	3,8	95%	5,0%	4,8%	0%	Taxa de resposta: 8% Universo: 158 Resultados Anteriores: 2017: 4 2016: 4,36 2015: 4,30 2014: 4,00 2013: 3,96 2012: 4,18	
Taxa de Execução Global									99,8%	1,6%		

Unidade Orgânica													
DCRI													
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1	Assegurar a execução dos programas de cooperação e assistência técnica e outros acordos bilaterais	20%	I1	Grau de execução dos PICAT (%)	[81%;99%]	30%	94%	100%	6,0%	6,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. - Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador dos Programas de Cooperação Técnica (PICAT Aduaneiro CPLP, PICAT IGF CPLP, PIPATFin TI), mediante a disponibilização de recursos, quer financeiros, quer humanos, para o efeito. - Explorar oportunidades e estruturas de cofinanciamento multilateral para financiar atividades nacionais de cooperação e assistência técnica bilateral no âmbito das finanças públicas. - Estimular a realização de outras iniciativas, no âmbito da CPLP, na esfera de competências do Ministério das Finanças, como forma de aprofundar a cooperação económica e financeira entre os Estados-membros, designadamente a realização: * da Reunião de Ministros das Finanças; * do II Fórum de Instituições do Tesouro e Gestoras da Dívida Pública no âmbito da CPLP; * de Seminários nas áreas fiscal e aduaneira.	
			I2	Nº de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	[4;6]	70%	6	100%	14,0%	14,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. Assegurar a execução do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, designadamente através: * do desenvolvimento de trabalhos técnicos de avaliação periódica da conjuntura macroeconómica e da implementação de reformas estruturais nos países parceiros ao nível das respetivas Unidades de Acompanhamento Macroeconómico, em colaboração com o Banco de Portugal, e * da representação do Ministério das Finanças nas Comissões responsáveis pelo funcionamento dos referidos Acordos.	
OO2	Promover iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais e para o financiamento da economia nacional	20%	I3	Nº de seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas	[8;12]	100%	13	108%	20,0%	20,0%	1,7%	Foi ligeiramente ultrapassada a meta respeitante ao número de seminários e missões empresariais organizadas. * Dinamizar o conhecimento e o acesso das empresas, consultores e banca nacionais relativamente aos instrumentos de financiamento disponibilizados pelas IFI (seja prestação de serviços e aquisição de bens, seja projetos de investimento), designadamente através da organização de Seminários, Missões e Reuniões que venham a ser acordadas no Plano de Trabalhos do GT MAMM * Consolidar a rede de contactos no seio das IFI e entre as entidades participantes na Comissão de Acompanhamento do MAMM e reforçar a cooperação institucional com a aicep Portugal Global nas atividades de promoção da internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais, prosseguindo os objetivos do Acordo de Parceiros estabelecido entre as duas organizações	
OO3	Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais	30%	I4	Percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada	[70%;80%]	50%	88%	111%	15,0%	15,0%	1,6%	Foi ligeiramente ultrapassada a meta respeitante à percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada devido, sobretudo, ao facto de a maioria das reuniões terem tido lugar em Portugal, não representando custos para o orçamento do GPEARI. Foram asseguradas 122 reuniões	Preparar e participar em reuniões multilaterais (BAfD, BAsD, BM, BID, BERD, BEI, CEB, AIB, CAF, FIDA, FCPB, UE): * Anuais dos Conselhos de Governadores; * De coordenação da tomada de posição em sede dos grupos de voto dos Conselhos de Administração (e, quando aplicável, representação de Portugal ao nível do referido Conselho de Administração, como é o caso do BAfD, do BID, do BERD, do CEB, e do FCPB); * De negociação e acompanhamento da utilização dos Fundos nacionais de Cooperação Técnica; * Das reconstituições de recursos de janelas concessionais; * Dos comités e facilidades no âmbito dos mecanismos de <i>blending</i> da União Europeia e do mandato externo do BEI (em coordenação com Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Instituto Camões e com a SOFID).
			I5	Percentagem de reuniões bilaterais com representação assegurada	[81%;99%]	50%	98%	100%	15,0%	15,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. Foram asseguradas 41 reuniões. Preparar o contributo técnico do Ministério das Finanças e participar em reuniões bilaterais: Cimeiras, Comissões Mistas e reuniões de Alto Nível, reuniões técnicas com PALOP e países terceiros, reuniões nacionais de coordenação interministerial (Comissão Interministerial de Cooperação - CIC - e Comissão Interministerial de Política Externa - CIPE). Procurar estimular, sempre que possível, a concretização de iniciativas paralelas que potenciem, por ex., a internacionalização de empresas, consultores e banca nacional.	
OO4	Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade do GPEARI	10%	I6	Publicação de Newsletter	[3;5]	100%	4	100%	10,0%	10,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. Publicação de newsletter	
OO5	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	15%	I7	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;99,5%]	100%	99,0%	100%	15,0%	15,0%	0%	Executado de acordo com o planeado. De forma muito sucinta, destacam-se as seguintes atividades: 1. Responder a solicitações nas áreas bilateral e multilateral: envio de contributos para a definição da posição nacional em diversos <i>foro</i> internacionais; emissão de pareceres no âmbito da Eficiência e Eficácia da Ajuda, bem como sobre o financiamento de projetos por <i>Trust Funds</i> Bilaterais, entre outros; 2. Elaborar pareceres sobre propostas de criação/renovação de instrumentos financeiros (Linhas de Crédito, Empréstimos, Acordos de Reestruturação da Dívida, entre outros) e acompanhamento da sua execução; 3. Responder a questionários e compilação de dados estatísticos para reporte da APD ao MNE.	
OO6	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I8	Grau de satisfação dos utilizadores do DCRI	[4;4,2]	100%	4,4	104%	5,0%	5,0%	0,2%	Taxa de resposta: 21% Universo: 72 Resultados Anteriores: 2017: 4 2016: 4,02 2015: 4,30 2014: 4,10 2013: 3,97 2012: 4,31	
Taxa de Execução Global									100,0%	3,4%			

DADO | Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional

Unidade Orgânica DADO												
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução	Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1 Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios	30%	I1	Prazo de validação dos QUAR 2018 e 2017 dos serviços	[8;16]	35%	14,8	100%	10,5%	10,5%	0%	Foram analisados os QUAR enviados pelas entidades do MF (8). A DGO não submeteu o QUAR.	*Apoiar a identificação dos indicadores do desempenho e os mecanismos de operacionalização dos parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade *Validar os objetivos, indicadores e metas constantes dos QUAR dos serviços do MF
		I2	Prazo para emissão de pareceres com análise crítica das autoavaliações	[20;30]	40%	23,2	100%	12,0%	12,0%	0%	Foram analisados os RA2017 enviados pelas entidades do MF (6). A DGTF, a DGO e o INA ainda não submeteram para apreciação o RA 2017.	*Elaborar pareceres com análise crítica das autoavaliações constantes dos relatórios de atividades elaborados pelos serviços do MF
		I3	Nº documentos técnicos elaborados, reuniões preparadas, no âmbito do GT CCAS, Relatório de análise comparada e relatórios de monitorização intercalar	[3;7]	25%	4	100%	7,5%	7,5%	0%	Foram elaborados os documentos previstos. O Relatório de Análise Comparada não foi dado por concluído uma vez que falta a homologação de um RA pela Tutela.	*Elaborar propostas de melhoria da aplicação do SIADAP 1 *Elaborar guíes de orientação e instrumentos de divulgação de boas práticas para divulgação junto dos serviços do MF *Preparar reuniões do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços *Preparar e presidir às reuniões do GT CCAS *Monitorizar a execução dos QUAR dos serviços do MF *Elaborar Relatório de Análise Comparada do desempenho de todos os serviços do ministério *Avaliar políticas e programas
OO2 Coordenar o processo de planeamento do GPEARI	10%	I4	Nº documentos e relatórios elaborados	[5;9]	100%	7	100%	10,0%	10,0%	0%	Foram elaborados os documentos previstos.	*Apoiar e coordenar a elaboração do QUAR, do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades do GPEARI *Apoiar e coordenar a monitorização do QUAR e do PA do GPEARI
OO3 Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	10%	I5	Nº documentos elaborados	[2;4]	100%	4	100%	10,0%	10,0%	0%	Foi elaborado o relatório relativo aos PMP do 4º trimestre de 2017 e do 2º trimestre de 2018. Foram igualmente publicados os PMP a 30 de abril e 30 de setembro .	*Elaborar relatórios de monitorização *Coordenar a publicitação dos prazos médios de pagamento
OO4 Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF	5%	I6	Nº de reuniões preparadas e documentos elaborados	[6;10]	100%	13	130%	5,0%	5,0%	1,5%	Foram preparadas 6 reuniões no âmbito da implementação da ENIND. Foram também realizadas 2 reuniões com serviços do Ministério e foram dadas resposta a 4 solicitações da CIG e 1 externa.	*Participar nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, da Comissão interministerial da CIG e do Grupo de Trabalho do V PNI *Coordenar a implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF
OO5 Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	30%	I7	Grau de satisfação dos utilizadores internos da DSIR	[3,6;4]	100%	4,0	100%	30,0%	30,0%	0%	O grau de satisfação dos clientes (internos) com os serviços de apoio cumpriu o previsto.	*Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património, em coordenação com a Secretaria-Geral do MF *Coordenar a aplicação da avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores; *Promover a realização de procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia; *Assegurar os serviços de expediente e arquivo *Planear e coordenar a definição estratégica dos sistemas e tecnologias de informação do GPEARI, garantindo a sua qualidade e eficiência; *Apoiar a definição das políticas e objetivos relativos aos sistemas e tecnologias de informação; *Controlar as condições de otimalidade no funcionamento dos sistemas e tecnologias de informação ao nível da organização, designadamente quanto às suas funcionalidades, desempenho e qualidade da informação. *Assegurar a recolha e tratamento da informação de base à produção de estatísticas macroeconómicas e de indicadores e de outra informação de gestão
OO6 Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	5%	I8	Prazo médio de resposta do helpdesk (dias úteis)	[0,9;1,1]	100%	1,05	100,0%	5,0%	5,0%	0%	A execução deste indicador atingiu a meta inicialmente prevista.	*Responder a pedidos do helpdesk (TIC)
OO7 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	5%	I9	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5;98,5]	100%	98,8%	100%	5,0%	5,0%	0,0%	Foram respondidos todos os pedidos com data de resposta dentro do previsto, à exceção de 3.	*Responder a pedidos externos que incluam prazo.
OO8 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I10	Grau de satisfação dos utilizadores do DADO	[4;4,2]	100%	4,2	100%	5,0%	5,0%	0%	Taxa de resposta: 27% Universo: 44 Resultados Anteriores: 2017: 4,19 2016: 4,12 2015: 4,36 2014: 4,39 2013: 4,32 2012: 4,06	*Elaborar, aplicar e tratar questionários
Taxa de Execução Global								100,0%	1,5%			

TASK FORCE PPS-PPM | Equipa de acompanhamento do pps-ppm

Task-force													
Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Resultado	Tx. Execução		Peso relativo indicador	Tx. Execução PA	Tx. Execução Extra-PA	Observações/Justificações	Atividades	
OO1	Assegurar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	11	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	[5;9]	40%	6,0	100%	✓	20,0%	20,0%	0%	Executado dentro do previsto.	Elaboração de Relatórios de cada Missão do pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal
			12	Prazo de disponibilização do scoreboard ao Gabinete do Ministro (horas)	[6;8]	60%	3,0	200%	✓	30,0%	30,0%	30,0%	Os scoreboard de cada missão foram enviados ao Gabinete do Ministro das Finanças sempre antecipadamente face ao número de horas previsto para o efeito.
OO2	Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico de Portugal	13	Nº de reuniões organizadas	[80;120]	50%	187	156%	✓	25,0%	25,0%	14,0%	A superação deste indicador deve-se a um número de reuniões acima do expectável, nomeadamente nas reuniões de preparação e noutras reuniões consideradas no âmbito da task force, nomeadamente com a OCDE e FMI.	Organização de reuniões com a Troika e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso.
			14	Nº de reportes às instituições internacionais	[150;170]	50%	150	100%	✓	25,0%	25,0%	0%	Executado dentro do previsto.
Taxa de Execução Global									100,0%	44,0%			

A4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	Não existe departamento de auditoria interna. Foi atribuída esta função a uma divisão na nova lei orgânica, estando ainda em processo de capacitação.
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Código de conduta do GPEARI, março 2010 (em revisão)
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?		X		
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			100%.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			Em 2018: 55% Em 2017: 37% Em 2016: 84% Em 2015: 89% Em 2014: 77% Em 2013: 53% Em 2012: 43%
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Encontra-se em revisão o Manual de Controlo Interno para adaptação ao novos procedimentos dos serviços partilhados com a SGMF - PPAC
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?			X	A especificidade e tecnicidade das funções presentes no GPEARI não se compadecem com sistemas rotativos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			Estão definidas, mas apenas algumas estão formalizadas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Manual de Controlo Interno (em revisão)
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Manual de Controlo Interno (em revisão)
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			As aplicações são em regime de serviços partilhados, não sendo geridas diretamente pelo GPEARI.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existência de <i>passwords</i> e de certificados de segurança.
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

A5. MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 2018

		2018 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução
D.01	Despesas com o pessoal	2 326 782	2 387 442	2 021 394	84,7%	526 026	556 484	416 553	75%	2 852 808	2 943 926	2 437 947	82,8%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	1 856 394	1 879 758	1 579 895	84,0%	401 711	423 170	310 420	73%	2 258 105	2 302 928	1 890 315	82,1%
D.01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1 457 553	1 447 332	1 223 735	84,6%	323 085	327 902	230 674	70%	1 780 638	1 775 234	1 454 410	81,9%
D.01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	0	6 592	6 591	100,0%	0	5 260	5 259	n.a.	0	11 852	11 851	100,0%
D.01.01.11	Representação	58 382	58 382	49 086	84,1%	8 409	9 120	8 044	88%	66 791	67 502	57 130	84,6%
D.01.01.12	Suplementos e prémios	14 003	15 854	13 766	86,8%	0	0	0	n.a.	14 003	15 854	13 766	86,8%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	83 534	80 719	60 549	75,0%	16 367	16 243	10 537	65%	99 901	96 962	71 086	73,3%
D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	121 461	138 461	115 413	83,4%	26 925	37 720	34 276	91%	148 386	176 181	149 689	85,0%
D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal.	121 461	125 873	104 210	82,8%	26 925	26 925	21 630	80%	148 386	152 798	125 841	82,4%
D.01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0	6 545	6 544	100,0%	0	0	0	n.a.	0	6 545	6 544	100,0%
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	16 366	37 957	36 341	95,7%	32 796	33 171	32 342	98%	49 162	71 128	68 683	96,6%
D.01.02.02	Horas extraordinárias	3 500	0		n.a.				n.a.	3 500	0	0	n.a.
D.01.02.04	Ajudas de custo	8 758	23 337	22 353	95,8%	24 487	13 276	12 449	94%	33 245	36 613	34 802	95,1%
D.01.02.12.A0.00	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	4 108	14 620	13 988	95,7%	4 108	18 075	18 073	n.a.	8 216	32 695	32 061	98,1%
D.01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios				n.a.	4 201	1 820	1 820	100%	4 201	1 820	1 820	100,0%
D.01.03	Segurança Social	454 022	469 727	405 159	86,3%	91 519	100 143	73 790	74%	545 541	569 870	478 948	84,0%
D.01.03.02	Outros encargos com a saúde	7 009	7 009	2 222	31,7%	0	0	0	n.a.	7 009	7 009	2 222	31,7%
D.01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	0	3 503	3 401	97,1%	0	0	0	n.a.	0	3 503	3 401	97,1%
D.01.03.04	Outras prestações familiares	0	2 000	712	35,6%	0	0	0	n.a.	0	2 000	712	35,6%
D.01.03.05.A0.AO	Caixa Geral de Aposentações	196 203	211 888	186 329	87,9%	56 591	46 349	25 365	55%	252 794	258 237	211 694	82,0%
D.01.03.05.A0.BO	Segurança Social	222 238	190 824	161 647	84,7%	34 928	52 794	48 319	92%	257 166	243 618	209 966	86,2%

		2018 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução
D.01.03.05.A0.CO	Contrib. para a Seg. Social - Outras	28 572	43 362	39 706	91,6%	0	1 000	106	11%	28 572	44 362	39 812	89,7%
D.01.03.10.P0.00	Parentalidade	0	11 141	11 141	100,0%	0	0	0	n.a.	0	11 141	11 141	100,0%
D.02	Aquisição de bens e serviços	267 060	245 509	181 831	74,1%	169 000	90 423	76 243	84%	436 060	335 932	258 074	76,8%
D.02.01	Aquisição de bens:	21 300	10 061	9 259	92,0%	2 500	0	0	n.a.	23 800	10 061	9 259	92,0%
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5 000	2 682	2 460	91,7%	0	0	0	n.a.	5 000	2 682	2 460	91,7%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1 500	812	611	75,3%	0	0	0	n.a.	1 500	812	611	75,3%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	2 500	0	0	n.a.	2 500	0	0	n.a.	5 000	0	0	n.a.
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	1 800	1 080	1 041	96,3%	0	0	0	n.a.	1 800	1 080	1 041	96,3%
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	5 000	2 481	2 305	92,9%	0	0	0	n.a.	5 000	2 481	2 305	92,9%
D.02.01.14	Outro material - Peças	1 500	163	0	0,0%	0	0	0	n.a.	1 500	163	0	0,0%
D.02.01.18	Livros e documentação técnica	1 000	0	0	n.a.	0	0	0	n.a.	1 000	0	0	n.a.
D.02.01.21	Outros bens	3 000	2 843	2 842	100,0%	0	0	0	n.a.	3 000	2 843	2 842	100,0%
D.02.02	Aquisição de serviços:	245 760	235 448	172 573	73,3%	166 500	90 423	76 243	84%	412 260	325 871	248 815	76,4%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	25 500	28 499	28 481	99,9%	0	0	0	n.a.	25 500	28 499	28 481	99,9%
D.02.02.03	Conservação de bens	5 000	3 251	2 614	80,4%	2 500	625	0	0,0%	7 500	3 876	2 614	67,4%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	17 000	8 504	6 597	77,6%	0	0	0	n.a.	17 000	8 504	6 597	77,6%
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	1 500	1 275	743	58,3%	0	0	0	n.a.	1 500	1 275	743	58,3%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	6 000	5 100	3 382	66,3%	0	0	0	n.a.	6 000	5 100	3 382	66,3%
D.02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	600	510	357	70,0%	0	0	0	n.a.	600	510	357	70,0%
D.02.02.09.F0.09	Outros Serviços de Comunicações	0	84	83	99,4%	0	0	0	n.a.	0	84	83	99,4%
D.02.02.10	Transportes	2 500	2 151	2 150	100,0%	1 000	850	23	2,7%	3 500	3 001	2 174	72,4%
D.02.02.11	Representação dos serviços	2 000	839	839	99,9%	1 500	22	0	0,0%	3 500	861	839	97,4%
D.02.02.12.B0.00	Seguros - Outras	400	341	147	43,2%	1 000	850	0	0,0%	1 400	1 191	147	12,4%
D.02.02.13	Deslocações e estadas	100 000	114 335	88 370	77,3%	150 000	83 076	75 384	90,7%	250 000	197 411	163 755	83,0%
D.02.02.15.A0.00	Formação - tecnologias da informação e comunicação	2 500	2 125	280	13,2%	0	0	0	n.a.	2 500	2 125	280	13,2%

		2018 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução
D.02.02.15.B0.00	Formação - Outras	5 000	4 250	1 320	31,1%	2 500	2 125	0	0,0%	7 500	6 375	1 320	20,7%
D.02.02.16	Seminários, exposições e similares	10 000	6 136	6 135	100,0%	4 500	0	0	n.a.	14 500	6 136	6 135	100,0%
D.02.02.17.A0.00	Publicidade Obrigatória	1 500	1 275	0	0,0%	0	0	0	n.a.	1 500	1 275	0	0,0%
D.02.02.19.A0.A0	Assist.Tec.-Equip.Inf.- Impressoras/Fotocopiadoras/Scanner	1 000	502	0	0,0%	0	0	0	n.a.	1 000	502	0	0,0%
D.02.02.19.B0.00	Assist. Técnica - Software Informático	17 000	18 827	18 826	100,0%	0	0	0	n.a.	17 000	18 827	18 826	100,0%
D.02.02.19.C0.00	Assist. Técnica - Outros	1 500	1 275	0	0,0%	0	0	0	n.a.	1 500	1 275	0	0,0%
D.02.02.20.A0.B0	Out.Trab.Esp.-Serv.Nat.Inf.-Contratos de impressão	14 860	11 145	10 354	92,9%	0	0	0	n.a.	14 860	11 145	10 354	92,9%
D.02.02.20.B0.00	Outros Trab.Especializ. - Pagamentos à eSPap, I.P.	28 900	21 675	0	0,0%	0	0	0	n.a.	28 900	21 675	0	0,0%
D.02.02.20.C0.00	Outros Trab.Especializ. - Pagamentos à AMA, I. P.	0	0	0	n.a.	1 000	750	0	0,0%	1 000	750	0	0,0%
D.02.02.20.E0.00	Outros Trab.Especializ. - Outros	2 000	800	0	0,0%	0	0	0	n.a.	2 000	800	0	0,0%
D.02.02.25.D0.00	Encargos com publicação	0	1 291	857	66,4%	0	0	0	n.a.	0	1 291	857	66,4%
D.02.02.25.E0.00	Outros serviços	1 000	1 258	1 037	82,4%	2 500	2 125	835	39,3%	3 500	3 383	1 872	55,3%
D.06	Outras despesas	0	240	240	n.a.	250	0	0	n.a.	250	240	240	100,0%
D.06.02		0	240	240	n.a.	250	0	0	n.a.	250	240	240	100,0%
D.06.02.03	Outras	0	240	240	n.a.	0	0	0	n.a.	0	240	240	n.a.
D.06.02.03.R0.00	Reserva	0	0	0	n.a.	250	0	0	n.a.	250	0	0	n.a.
D.07	Aquisição de bens de capital	52 000	68 920	43 576	63,2%	20 000	0	0	n.a.	72 000	68 920	43 576	63,2%
D.07.01	Investimentos	52 000	68 920	43 576	63,2%	20 000	0	0	n.a.	72 000	68 920	43 576	63,2%
D.07.01.03.A0.B0	Edifícios.	12 000	13 043	12 299	94,3%	0	0	0	n.a.	12 000	13 043	12 299	94,3%
D.07.01.07.A0.B0	Equipamento de informática - Outros	10 000	14 915	14 915	100,0%	20 000	0	0	n.a.	30 000	14 915	14 915	100,0%
D.07.01.08.A0.B0	Software informático - Outros	25 000	33 947	9 348	27,5%	0	0	0	n.a.	25 000	33 947	9 348	27,5%
D.07.01.09.A0.B0	Equipamento administrativo - Outros	5 000	988	988	100,0%	0	0	0	n.a.	5 000	988	988	100,0%

		2018 (em euros)											
		Orçamento Funcionamento				Orçamento Cooperação				Orçamento Total			
		Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução	Inicial	Corrigido	Execução	Taxa Execução
D.07.01.13	Investimentos incorpóreos.	0	6 027	6 027	100,0%	0	0	0	n.a.	0	6 027	6 027	100,0%
	Total	2 645 842	2 702 111	2 247 042	83,2%	715 276	646 907	492 795	76%	3 361 118	3 349 018	2 739 838	81,8%

Legenda: n.a. - não aplicável.

Fonte: Mapa de Execução da Despesa Agregada extraído a 02.04.2019

A6. BALANÇO SOCIAL

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES

Indicador	Unid.	Descrição	2014			2015			2016			2017			2018		
			M	F	TOTAL												
Nível etário	anos	Soma das idades / Total de recursos humanos	46	42	44	45	42	43	45	43	44	41	40	40	40	41	41
Índice de envelhecimento	%	Número de recursos humanos com idade > ou = a 55 anos / Total de recursos humanos	35%	13%	22%	32%	8%	19%	20%	10%	15%	17%	9%	12%	11%	8%	9%
Taxa de feminização	%	Total de mulheres / Total de recursos humanos	-	-	59%	-	-	56%	-	-	54%	-	-	54%	-	-	58%
Índice de tecnicidade	%	Número de técnicos superiores / Total de recursos humanos	76%	50%	61%	74%	58%	65%	52%	62%	57%	70%	66%	68%	67%	63%	65%
Índice de enquadramento	%	Número de dirigentes / Total de recursos humanos	6%	38%	24%	11%	29%	21%	32%	24%	28%	20%	23%	22%	19%	26%	23%
Taxa de formação superior	%	(licenciados + mestres + doutoramentos) / Total dos recursos humanos	82%	88%	85%	89%	92%	91%	84%	90%	87%	90%	89%	89%	85%	89%	88%
Antiguidade média na função pública	anos	Soma das antiguidades na função pública / Total de recursos humanos	21	14	17	19	15	17	18	14	16	14	12	13	13	13	13
Índice de admissão	%	Número de admissões / Total de recursos humanos	29%	50%	41%	42%	17%	28%	4%	17%	11%	33%	34%	34%	7%	21%	15%
Índice de saída	%	Número de saídas / Total de recursos humanos	35%	58%	49%	26%	17%	21%	4%	21%	13%	20%	23%	11%	19%	13%	15%
Taxa de absentismo	%	Número de dias de faltas / (Número anual de dias trabalháveis * x Número total de recursos humanos)	2%	3%	3%	0%	9%	6%	1%	9%	5%	1%	4%	3%	6%	4%	5%
Leque salarial	Rácio	Maior remuneração base / Menor remuneração base	3	4	5	4	3	3	8	4	8	7	5	7	6	6	6

Fonte: Quadros do Balanço Social 2014 a 2018.